



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 31ª
(TRIGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER OS PROBLEMAS RELATIVOS À IMPLANTAÇÃO
DOS PLANOS DE OCUPAÇÃO DE TRAILERS E QUIOSQUES
INSTITUÍDOS PELA LEI Nº 4.257, DE 2008,
de 19 de abril de 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Boa tarde a todas, boa tarde a todos.

Declaro aberta a presente Sessão Ordinária do dia 19 de abril de 2012.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.358, de 2012, de autoria do Deputado Chico Vigilante, a Sessão Ordinária de hoje, dia 19 de abril de 2012, quinta-feira, fica transformada em Comissão Geral para debater os problemas relativos à implantação dos planos de ocupação de *trailers* e quiosques, instituídos pela Lei nº 4.257, de 2008.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Solicito à segurança que dê permissão para as pessoas entrarem no plenário e na galeria para que possamos iniciar a nossa Comissão Geral. (Pausa.)

Vamos dar início aos nossos trabalhos.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	2

Eu quero dizer a todos vocês que, como todo mundo sabe, o companheiro Deputado Chico Vigilante teve a infelicidade, nessa segunda-feira, de perder a sua mãe, dona Josefa. Por isso S.Exa. não pôde estar aqui presente e nos pediu para coordenar esta comissão geral. Por esse motivo, nós estamos aqui tentando representar o Deputado Chico Vigilante e dar procedimento ao debate tão importante para todos vocês, todos nós.

É isto que queremos: fazer um bom debate que possa contribuir para a solução desse problema, que é a não aplicação na forma da lei do que está previsto em termos da constituição dos planos de ocupação que, segundo o texto da lei, deveria ser elaborado pelas administrações, aprovados pela Sedhab, etc. Vamos falar sobre isso daqui a pouco.

Quero, então, convidar os componentes da nossa Mesa. Antes disso, quero anunciar a presença entre nós do Deputado Olair Francisco, membro da Mesa Diretora desta Casa. Tentei convidá-lo para compor a Mesa, mas S.Exa. preferiu não estar.

Vamos convidar, em primeiro lugar, o Coordenador Chefe da Coordenadoria das Cidades do Governo do Distrito Federal, Sr. Francisco Chagas Machado, o Chico Machado.

Quero convidar, também, para compor a Mesa o Presidente da União dos Proprietários de *Trailers*, Quiosques e Similares do Distrito Federal, Luiz Ribeiro.

Nós aguardamos, ainda, a chegada dos demais representantes. Está previsto um representante da Sedhab e um representante da Agefis. No momento em que chegarem, por favor, se anunciem para que possamos convidá-los para tomarem assento à Mesa.

Representando a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, convido para compor a Mesa o Sr. Ricardo Baseggio Filho.

Mais uma vez, eu quero voltar a situá-los do debate que pretendemos realizar hoje. A Lei nº 4.257, e depois o decreto que regulamenta essa lei, propõe a elaboração de um plano de ocupação para os *trailers* e quiosques, que deveria ser elaborado pelas administrações regionais e aprovado pela Sedhab. Todos aqueles que atuam nessa atividade – *trailers* e quiosques – ressentem-se de que ainda não tenha sido implementado esse plano de ocupação, cuja previsão legal seria de que no máximo em um ano pudesse havê-lo. Portanto, esse prazo já venceu no ano passado... Em 2010, e até o momento esse plano não foi instituído. Por isso vamos fazer este debate, convidando justamente as áreas que têm a ver com essa temática. Queremos, ao final desta comissão geral, criar as condições para que possamos, a Câmara Legislativa, contribuir para a solução desse problema, que



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	3

possamos avançar, porque todos sabemos que essa atividade tenta se regulamentar há muito tempo.

Ainda quando estávamos no governo – eu era vice-governadora –, nós trabalhamos um projeto de lei que veio para esta Casa, em 1995, e que, apesar de ter sido aprovado nesta Casa, depois foi considerado inconstitucional. E depois esse debate continuou durante todos os governos. Hoje, finalmente, há uma lei e um regulamento. E temos aqui os representantes do Governo Agnelo Queiroz para nos explicarem como podemos fazer com que isso avance.

Neste momento, convido para compor a Mesa o representante da Agefis, assessor do diretor presidente, Sr. Valtércio de Almeida Batista.

Deputado Olair Francisco, no momento em que V.Exa. quiser usar a palavra, por favor, comunique à Mesa.

Em primeiro lugar, passaremos a palavra justamente ao representante da União dos Proprietários de *Trailers* e Quiosques e Similares do Distrito Federal, Sr. Luiz Ribeiro. Por que a palavra será concedida primeiramente a ele? Porque é preciso que ele situe para todos o problema e depois os representantes do governo possam responder de que maneira está sendo pensada a solução do problema.

Esta Presidência gostaria de informar a todos os presentes que o tempo para o uso da palavra será de, no máximo, dez minutos para cada orador. Isso para que não nos estendamos muito e, ao final da sessão, possa haver tempo para as perguntas e colocações dos presentes.

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Luiz Ribeiro.

SR. LUIZ RIBEIRO - Boa tarde a todos. É com muita satisfação que cumprimento a Deputada Arlete Sampaio, que é uma grande conhecedora das nossas causas, da luta dessa categoria em busca da regularização. Verdadeiramente as palavras dela são sábias. Quando ela ocupou o cargo de vice-governadora do Distrito Federal, ela já conhecia toda a polêmica, toda a problemática da nossa categoria. E sempre também nos apoiou. Tenho satisfação em dizer isso, pois é de muitos anos. Tivemos apoio de muitos companheiros de dentro do PT. E, hoje, com o governo, que é nosso aliado, temos de falar que temos problemas, mas temos de buscar as soluções.

Também cumprimento o companheiro Chico Machado, coordenador dessa cidade, a quem incomodo muito levando os problemas da nossa categoria; Dr. Ricardo, subsecretário da Sedhab, órgão que aprova os nossos projetos. Também vejo ali o companheiro Pasem, da Coordenadoria de Serviço Público; o Valtércio, representando a Agência de Fiscalização do Distrito Federal. Cumprimento também o Deputado Olair Francisco, os demais administradores e os servidores desta Casa.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	4

Deputada Arlete Sampaio, esse encaminhamento foi dado pelo nosso parceiro, amigo, que está acompanhando as discussões dos quiosqueiros, Deputado Chico Vigilante, a quem comunico as nossas condolências. Temos conhecimento da situação pela qual S.Exa. passa hoje. Temos que pedir a Deus que o ilumine, porque esses problemas da vida todos estamos sujeitos a passar. Espero que o mais rápido possível ele possa voltar ao nosso convívio para ajudar o Governo do Distrito Federal a conduzir esse processo difícil, mas que sabemos que tem solução.

Deputada Arlete Sampaio, antes de adentrar o objeto desta nossa discussão, quero pedir publicamente desculpas aos companheiros quiosqueiros. Nós lançamos o concurso para eleger o melhor cachorro-quente do Distrito Federal, que está em andamento, mas não será possível realizar a grande final no dia 21 devido a alguns probleminhas internos de governo e agenda, mas a Coordenadoria das Cidades e a Secretaria de Cultura darão sequência a esse trabalho conosco. E aí anunciaremos o dia para a conclusão desse trabalho.

Deputada Arlete Sampaio, selecionei alguns itens que eu gostaria de mostrá-los à categoria e aos demais presentes. O nosso informativo está pronto e circula em todo o Distrito Federal mostrando o trabalho que estamos desenvolvendo ao longo dos anos, com o apoio do Governo do Distrito Federal e do Governador, que tem um compromisso com essa categoria e com a entidade a qual represento. E nós intitulamos a matéria da próxima edição: O GDF dá Show de Bola. Por quê? Há mais ou menos 30 dias, o Governador estava junto conosco na Administração de Brasília. Eu quero, inclusive, agradecer ao Administrador de Brasília por nos ter concedido o espaço e nos ter ajudado a realizar uma belíssima festa, mostrando que o compromisso está sendo cumprido, que estamos trabalhando em conjunto para resolver esses problemas. Eu selecionei um pequeno trecho do discurso do Governador no dia desse evento e gostaria de lê-lo para os senhores: "A partir de agora os donos de quiosques e *trailers* terão segurança jurídica com a formalização dos negócios. Eles terão acesso a crédito bancário e poderão investir na expansão de seus empreendimentos, gerando trabalho e renda", enfatizou Agnelo Queiroz. "Essa legalização é um compromisso de campanha e uma antiga reivindicação dos comerciantes", completou. O Governador destacou que, até 2013, ano da Copa das Confederações, pelo menos quatrocentos quiosqueiros da área central de Brasília estarão regularizados. Bem, esse é só um trecho do discurso do Governador.

Eu também selecionei um trecho de um mandado de segurança que foi impetrado pela União dos Proprietários de *Trailers* e Quiosques em 2009. Tivemos uma verdadeira batalha judicial em relação a essa ação. Obtivemos, no primeiro momento, a liminar defendendo a categoria, liminar essa cassada posteriormente. Interpusemos vários recursos. Agora eu estou de posse desta sentença, na qual o Juiz diz assim: "A sociedade é composta por várias classes sociais - A, B, C, D, E, etc. Algumas delas necessitam desses quiosques e *trailers* para se alimentar. É o que



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	5

ocorre, por exemplo, com milhares de estudantes secundaristas e universitários, que têm nesses quiosques e *trailers* quase que a única possibilidade de se alimentarem antes de adentrarem suas salas de aula, dada a escassez de tempo e, por vezes, de recursos financeiros para fazerem uma refeição mais convencional e balanceada, ou, ainda, de diversos trabalhadores, tais como alguns da construção civil e de outros ramos, que se encontram nessa mesma situação. Tenho, portanto, que a função social desempenhada pelos quiosques e *trailers* não pode ser olvidada, sob pena de ofensa à supremacia do interesse público, o que não pode ser admitido. Não fosse isso, a interdição de tais estabelecimentos, tal como posta, demonstra-se contrária à legalidade.” Essas são palavras que estão aqui postas do Exmo. Sr. Juiz de Direito Arnaldo Corrêa Silva, em sentença dada em mandado de segurança em 29 de fevereiro de 2012. Esse é um mandado de segurança coletivo. E aqui a Justiça determina que a fiscalização se abstenha de autuar, interditar os quiosques da Unitrailer.

Infelizmente, Sra. Deputada, isso não está ocorrendo. Eu tive, nesta semana, um quiosque demolido em Planaltina, que poderia estar nesse processo de regularização. A Unitrailer está tomando as medidas cabíveis em defesa da categoria, mas gostaríamos de pedir ao companheiro Chico Machado que a gente possa encontrar uma solução para trazer esse pai de família aqui. Sua situação realmente está em processo de regularização. Infelizmente, eu tenho que questionar. Eu não posso vir aqui para fazer a defesa da categoria e me calar diante desses fatos. Se houve um descumprimento de uma determinação judicial, Deputada, há um descumprimento também das leis em vigor.

Eu falo aqui publicamente que conheço o trabalho que está sendo desenvolvido na Coordenadoria das Cidades, onde há inúmeros companheiros sensíveis à situação. Temos buscado emitir o máximo de documentos, viu, Chico? Parabéns para a Coordenadoria das Cidades! No entanto, Deputada, há o plano de ocupação. Esse é que define a regularização dos quiosques. Qual o modelo de quiosque a ser implantado nas outras cidades? Está bem claro na lei que o quiosque é uma pequena edificação em área pública. E, quando se fala de edificação, está inserido que o quiosque pode ser construído em alvenaria, em palha, em alumínio, em aço. A palavra é bem clara: uma pequena construção edificada. Mesmo assim, vamos voltar a esta Casa para o debate e vamos buscar inserir na lei a palavra *alvenaria*, o que é o anseio, eu acredito, da maioria dos quiosqueiros aqui presentes, que chegam à Unitrailer e me perguntam: “Presidente será que vamos continuar com esses quiosques feios, com essa lataria? Não podemos fazer coisa melhor?” E nós fizemos, na elaboração da lei, Sra. Presidente, essa ampla discussão.

Já temos um modelo de quiosque típico para Brasília aprovado pelo Iphan. Este não poderá sofrer alteração devido ao tombamento da cidade. E é esse que defenderemos. Nas demais cidades, como a lei estabeleceu até sessenta metros de



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	6

ocupação, isso está sendo revisto nas alterações que a lei irá sofrer, porque a categoria tem buscado, junto à Secretaria de Governo, comunicar ao Sr. Secretário que a redução dessas áreas hoje traria grande desemprego para o Distrito Federal. Já está sendo apresentada uma situação que possa vir a resolvê-la, mas antes de se tornar oficial, vamos aguardar para que essa discussão se estenda melhor junto à Câmara Legislativa.

É nisso, Deputada, que a gente vem passando por algumas dificuldades. Eu tenho algumas questões de quiosques no Gama que têm de ser relocados. Nós sabemos do valor da obra do VLT para o Distrito Federal. É uma obra pela qual toda a associação clama, devido à melhoria do transporte coletivo. E, naquele setor, chegando da BR 040, desde a Candangolândia até a entrada da Gama, temos inúmeros quiosques que terão de ser retirados e acomodados em outras áreas, porque não queremos ser obstáculos para a construção de uma obra dessa magnitude. Nós estamos aqui dizendo que essas obras são importantes para o Distrito Federal. No entanto, temos quiosqueiros demolindo os seus quiosques, e a área ainda não está com autorização para eles construírem. Foi o que me passaram. Já conversei com o chefe da unidade de Serviço Público esta semana porque a gente vai lá buscar solução para esses problemas.

Situação crítica que também temos, Deputada, é o Hospital de Taguatinga – HRT. Lá estão instalados 26 quiosques há mais de 30 anos. O administrador que estava lá anteriormente, o Sr. Antônio Sabino, que está no Cruzeiro, reuniu-se conosco e com esses quiosqueiros do setor, e foi apresentada a proposta de se inserir no plano de ocupação uma praça de alimentação com iluminação melhor naquele setor, com os quiosques bonitinhos. Inclusive, acertamos lá que os quiosques que estão em situação de abandono sejam retirados imediatamente. A Unitrailer não defende esse tipo de situação. Se está abandonado, não estão cumprindo o fator social, que é gerar emprego e renda. Então, pelos anos de especulação em cima da categoria, logicamente haverá ações judiciais por parte da entidade para que a lei seja aplicada nas duas formas: regularização e punição daquele que infringe a lei.

Então, eu já comuniquei a fiscalização em outras épocas e continuo com essa proposta dentro da Unitrailer. Quando se tratar de bandido, nós não queremos nem ter conhecimento. Tem de prender o bandido que se passa por quiosqueiro e apresentá-lo à sociedade. Nós não queremos que os nossos trabalhadores sejam denegridos dessa forma. Eu comunico sempre a eles o seguinte: são tantos anos de luta para termos essa lei na mão; portanto, vamos também cumpri-la. Vamos fazer a nossa parte. É isso que pedimos ao Governo e pedimos a esta Casa que nos ajude a dar sequência a esse projeto de imediato, com a presença da fiscalização.

Eu quero comunicar aos senhores que não sou advogado, mas que já busquei o conhecimento dos nossos advogados. E todos os membros filiados da



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	7

Unitrailer estão amparados por ordem judicial. Se houver alguma interdição dos nossos quiosques, que nos procurem. Vou inclusive pedir à Deputada que também nos respalde nessa situação. Que os senhores procurem a Câmara Legislativa, os gabinetes.

Não é admissível nós convivermos mais com essa situação. Está certo?

Eu agradeço a todos.

E aí, pedimos a celeridade das administrações na conclusão do plano de ocupações. Sem ele, essa lei ficará inócua, pois não basta somente o Governador estar conosco e entregar uma licença de funcionamento, sendo que os senhores não podem fazer nenhum tipo de melhoria nos seus estabelecimentos. E o objetivo dessa lei foi justamente trazer para a regularidade um núcleo, um universo que atinge mais de 60 mil pessoas diretamente, trabalhadores dentro do Distrito Federal, mas, indiretamente, nós sabemos que são mais de 100 mil pessoas, por isso a preocupação.

Eu sei isso e posso afirmar, Sra. Presidente, que temos o apoio do Governo do Distrito Federal. O Governador, no último encontro que tive com S.Exa., na Administração de Brasília, ainda me disse que, havendo qualquer necessidade, qualquer problema com a categoria, eu buscasse o gabinete para relatar os fatos. Mas eu não gosto de sair levando problema de quiosqueiro, já que o Distrito Federal hoje passa por vários problemas e o Governo tem que se empenhar em resolvê-los. É problema da Educação, da Saúde, da Segurança e é injusto que a gente saia para levar mais esses problemas ao Governador. Isso tem de ser resolvido no núcleo das administrações regionais com os Secretários, e agora solicitando o apoio da Câmara Legislativa do Distrito Federal para que essa lei de fato venha a ser cumprida.

Muito obrigado à categoria por estar se manifestando. Temos aqui membros de todos os lugares do Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Luiz, você citou muito bem o problema que nós devemos debater. Realmente, os quiosques prestam um serviço importante à sociedade. Eles envolvem uma gama importante de pessoas e famílias. É um empreendimento eminentemente familiar, e, com certeza, terá o nosso apoio para que possam ser agilizados todos os procedimentos no sentido da regularização e da elaboração desse plano de ocupação.

Ouviremos agora o representante da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, agência que é sempre muito criticada pela quantidade de atitudes que toma, mas muitas vezes necessárias também. É preciso equilibrar aquilo que está desregado com aquilo que está sendo regularizado; a atitude tem de ser totalmente distinta uma da outra.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	8

Concedo a palavra ao Sr. Hércules Ribeiro dos Santos, que é assessor...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Valtércio de Almeida Batista, representando a Agefis.

SR. VALTÉRCIO DE ALMEIDA BATISTA – Boa tarde a todos.

Exma. Sra. Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputada Arlete Sampaio; Sr. Subsecretário de Controle Urbano da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Ricardo Baseggio Filho; Sr. Presidente da União dos Proprietários de *Trailers*, Quiosques e Similares do DF, Luiz Ribeiro; Sr. Coordenador-Chefe da Coordenadoria das Cidades, Francisco Chagas Machado; Sras. e Srs. Deputados presentes; senhores e senhoras trailistas e quiosqueiros, muito boa tarde.

A Agefis é um órgão que foi criado pelo Governo do Distrito Federal para ajudar a manter e controlar a ordem pública, baseia-se e trabalha em cima de preceitos legais, leis e decretos, que são estabelecidos, criados e normatizados pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Ela cumpre absolutamente as normas e as determinações tanto do Poder Legislativo quanto do Executivo e do Judiciário.

Eu queria deixar claro para todos os presentes que muitas vezes as ações da Agefis são mal compreendidas pela população. A gente sabe que a população quando busca a Agefis é porque alguma situação a incomoda. Seja ela uma questão urbanística de obras, ou uma questão de atividade econômica. Muitas vezes é um bar que funciona irregularmente, um *trailer* ou um quiosque. Muitas vezes a gente tem reclamações de associações de moradores ou até do próprio Estado, da Polícia Civil, da Polícia Militar, quando envolve uma questão de segurança.

Então, Deputada, a gente tem, diuturnamente, atendida todas essas demandas em função dessas situações que são levadas ao nosso conhecimento. Alguns *trailers* e quiosques que foram interditados este ano... A gente também está com bastante ansiedade aguardando a resolução desse problema, porque eu quero dizer a todos que a Agefis é um órgão que quer ser parceiro na orientação, no desenvolvimento da nossa cidade, que a Agefis não tem qualquer intuito de trazer algum impedimento para que a sociedade se desenvolva no Distrito Federal, de forma alguma. A função da Agência é simplesmente de acompanhar esse desenvolvimento para que seja organizado, pelas leis criadas pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Eu queria responder ao amigo Luiz Ribeiro, com relação ao quiosque de Planaltina, que a informação que eu tenho é a de que esse quiosque não estava contemplado. Seis quiosques foram contemplados por uma liminar, mas esse não foi contemplado. Essa demanda refere-se à situação de cinquenta ocorrências feitas na Delegacia de Planaltina. Foi essa a informação que chegou à Agefis.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	9

Por uma questão de segurança e por verificar que a liminar não contemplava este quiosque, a Agefis fez a interdição. Os quiosques que a Agefis tem interditado são aqueles que meramente transgridem a questão da segurança pública ou a questão de reclamações da população.

Quero dizer a todos que entendemos que vocês são trabalhadores, são pais de família, sabemos que o desemprego no Distrito Federal assola a população, principalmente a mais jovem, entendemos também que o Distrito Federal depende do trabalho de vocês – como citou o Presidente –, as faculdades também dependem do serviço que vocês prestam, porém temos que fazer um trabalho que ajude a criar uma organização no Distrito Federal baseada principalmente nas leis e nas normas que são criadas pelo Governo.

Eu queria agradecer de pronto, Sra. Presidente. Estarei à disposição e queria convidar o Presidente da União dos Proprietários dos *Trailers*. A Agefis está de portas abertas. Caso queira montar uma Comissão ou ir pessoalmente à Agência de Fiscalização para debatermos os casos específicos, estamos de portas abertas para a instituição.

Muito obrigado e boa tarde a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Já começou a ter efeito a Comissão Geral. Já há uma audiência previamente marcada para tratar dos problemas específicos que acontecem com os *trailers*.

Quero agradecer a fala do Sr. Valtércio, representante da Agefis, que de fato cumpre uma missão extremamente difícil de equilibrar os diversos interesses da cidade, sempre na perspectiva de respeito à lei, de respeito àquilo que é firmado normativamente pelo Governo do Distrito Federal, e pelas leis gerais que comandam a Administração Pública.

Antes de passar ao próximo orador, quero anunciar algumas presenças: o querido Pasem Saad, Diretor de Serviços Públicos da Coordenadoria das Cidades; Sr. Silvio Roberto Sokata, aqui representando a Secretaria de Micro e Pequena Empresa e também representa o Deputado Raad Massouh; o Sr. Adauto Almeida Rodrigues, que representa a Administração do SIA, a Sra. Maria do Socorro Torquato, a Administradora da Cidade Estrutural; Sr. José Benevenuto Estrela, Administrador do Park Way; Sr. Roberto Carlos Medeiros Carneiro, representante da Administração de São Sebastião; Sr. Valério Albuquerque, representante da Administração de Águas Claras; Sr. José Alci Ferreira de Carvalho, representante da Administração do Paranoá; Sr. Sebastião Alves Ribeiro, representante da Administração de Brasília.

Quero passar a palavra ao próximo orador da Mesa, o nosso companheiro, Chefe da Coordenadoria das Cidades, Sr. Francisco Chagas Machado, o Chico Machado.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	10

SR. FRANCISCO CHAGAS MACHADO – Boa tarde, companheira Arlete, presidindo esta Comissão Geral; cumprimento o representante da Agefis, o Presidente da Unitrailer, Sr. Luiz Ribeiro; o representante da Sedhab. Cumprimento o companheiro Olair Francisco, os nossos três administradores heróis que estão aqui, o Estrela, o Adaute e a companheira Socorro e, obviamente, os representantes das administrações. Quero, principalmente, cumprimentar aqui os trabalhadores de quiosques e *trailers* pela presença nesta atividade.

Eu quero, em primeiro lugar, reconhecer a importância desse ato. Acho extremamente importante, Arlete, que, nesse exercício de participação, seja de comissão geral, seja de audiência pública, o esforço seja dirigido no sentido de buscar solução para o problema. A famosa Lei nº 4.257 é de 2008. Nós estamos em 2012 e ainda, infelizmente, patinando nos nossos famosos planos de ocupação, na padronização da discussão da qualidade e do tamanho dos *trailers*, o que, obviamente, traz um prejuízo fundamental.

Quero aqui lembrar que o nosso companheiro Pasem, que é o nosso diretor lá da área, tem feito um esforço — e muito agradecemos pelo reconhecimento do Luiz Ribeiro — para regularizar as atividades, credenciar, autorizar e efetivamente abrir os canais que o próprio Governo tem para possibilitar a melhoria da qualidade de vida desses trabalhadores. À medida que eles se tornam legalizados, abrem-se os canais, sejam das instituições financeiras, sejam das secretarias de governo. Isso facilita a vida dessas pessoas. Aliás, esse é um esforço que o nosso Governo fez e, durante todo esse período, tem feito questão de reforçar desde que assumimos, trazendo para a legalidade, reconhecendo os diversos profissionais dessa área, principalmente dessa área de *trailer* e quiosque, pelo esforço fenomenal que tem feito essa entidade. Tem estado à frente de vários debates, tem estado à frente de várias lutas sempre firme, disposto e, com todo respeito, com muita urbanidade, defendendo seus pontos de vista. E, mais uma vez, aqui isso ficou demonstrado. Claro que ele não pode deixar de também registrar os problemas que nós temos no dia a dia.

Então, acho que são duas grandes questões que se colocam neste exato momento. Primeiro, é a relacionada aos planos de ocupação, para a qual nós precisamos, o mais rápido possível, dar uma solução. Eu tinha até consultado aqui o Pasem, para ver, na verdade, quantos planos nós já tínhamos encaminhado por meio das nossas administrações regionais, para ver onde é que se encontram efetivamente os nós, para que, juntos, possamos desatá-los. Aqui, de maneira alguma, está colocada a busca de responsabilizar. Quero dizer aqui para o Ricardo, tranquilamente, que a nossa disposição é de trabalhar juntos. Queremos, efetivamente, resolver esse problema. O Luiz disse, com muita propriedade, que essa é a questão, eu diria assim, básica, porque, se não há os planos estabelecidos de ocupação, como é que se vão estabelecer esses quiosques? Por mais esforço que a



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	11

nossa coordenadoria tenha feito no sentido de regular, conceder permissionamento, enfim, trabalhar nessa direção, nós estamos, na verdade, obstados pelo fato de ainda termos esses planos.

Então, eu colocaria essa questão, de fato, num primeiro plano. Aliás, se a gente vê a faixa exibida pela categoria, constata que ela já exige concretamente o plano de ocupação, porque essa é uma questão fundamental. A lei é de dezembro de 2009. Já passamos por 2010 e 2011 e entramos em 2012 ainda atrás dos planos. Nós temos de reconhecer que alguma coisa não está andando bem. Para um governo que se reivindica como um governo identificado com as causas dos trabalhadores, principalmente daqueles trabalhadores menos favorecidos – e fica bem claro que esse segmento de trabalhadores é um segmento que não só gera produto, mas também gera emprego –, não vamos indo muito bem.

Eu acho que a primeira tarefa, primeira ação nossa é assumir um compromisso e, quem sabe, uma agenda para desatar esse nó. Vamos às administrações cobrar daquelas que ainda não prepararam seus planos de ocupação que efetivamente os apresentem. Pelo visto, a grande maioria já os apresentou. Vamos também discutir com os companheiros da Sedhab sobre a possibilidade de, se for o caso, constituir um grupo, por exemplo, uma força tarefa com os especialistas, com o pessoal da área, para darmos celeridade ao processo. Eu acho que esse é o primeiro desafio que devemos discutir. É claro, Srs. Deputados, a Câmara Legislativa tem seu próprio espaço, mas é claro também que precisamos reconhecer essa dificuldade.

A outra questão, Deputada Arlete Sampaio, é a da padronização dos quiosques. Os companheiros dizem, com justa razão, que uma coisa é o padrão exigido para uma área tombada, como é o caso do Plano Piloto; outra coisa é o padrão que está sendo exigido para uma região mais distante, onde as áreas são mais carentes. A dificuldade é efetivamente reunir recursos financeiros para investir e discutir, quem sabe, padrões regionais em determinadas regiões, em determinadas áreas de maneira a não violentar a lei, porque é uma coisa extremamente positiva. Ninguém está aqui questionando a lei existente. Não vi ninguém questionando a lei. Ao contrário, estão buscando na lei a base do seu raciocínio, a base da sua argumentação. Então, eu acho que isso também é possível. Eu não entendo, de maneira alguma, que padronizar é passar uma linha reta e achar que todos os quiosques têm de ser do mesmo tamanho, têm que ser feitos com o mesmo material para todas as cidades. Não é essa padronização a que estamos nos referindo. A padronização tem que ter relação com a cidade, com a história da cidade, com a população. Não queremos dizer que cada um pode fazer o quiosque de qualquer jeito. Não é isso o que está sendo dito. Isso tem que ficar bem claro. O que foi dito é que, em razão da carência de alguma cidade, de algumas regiões administrativas, de algumas áreas, da dificuldade, inclusive, de reunir pecúnias, recursos financeiros



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	12

para estabelecer esse padrão, o padrão que está sendo proposto aqui para o Plano Piloto fica praticamente inviável para algumas áreas, para algumas cidades. Então, é isso que está se discutindo, sem se quebrar efetivamente a unidade que prescreve a nossa lei.

A nossa disposição é ajudar. Nós estamos aqui com os nossos administradores, com os representantes de administradores para efetivamente impulsionar esses famosos planos, sem os quais fica difícil as pessoas se estabelecerem, gerirem seus negócios e trabalharem com certa tranquilidade.

O próprio Sr. Luiz Ribeiro registrou aqui o fato do companheiro quiosqueiro de Planaltina ter sido, de alguma forma, autuado em razão também dos problemas que eles têm. Não sei se Planaltina, no caso, há plano de ocupação. Parece-me que foi apresentado.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. FRANCISCO CHAGAS MACHADO – Também não foi.

Vejam que precisamos efetivamente operar todas essas coisas. É por isso que eu disse: não dá para iniciarmos aqui o processo buscando um responsável. Eu acho que a responsabilidade é de todos nós, a responsabilidade é do Governo. Isso é que temos de admitir. É nessa condição aqui que, de alguma forma, eu me apresento, como representante do Governo, para buscar junto aos diversos componentes dessa grande engrenagem que é o nosso Governo uma solução. Acima de tudo, tem de haver vontade de política de resolver o problema. Isso é que tem que ficar claro entre nós. Vontade política de reconhecer a importância desse segmento e a importância que ele tem na cidade, por gerar emprego, produzir alimento, enfim, melhorar a qualidade de vida do Distrito Federal, que é o que está colocado para nós.

Então, fica aqui meu registro e minha disposição de estar lutando com vocês, ao lado dos companheiros para que possamos efetivamente dar continuidade e concluir com êxito essa empreitada, que é de todos nós.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, companheiro Chico Machado. Acho que você falou a questão central, que a vontade política é que dá a agilidade necessária para podermos resolver os problemas.

Quero anunciar a presença do nosso Vice-Presidente, Deputado Dr. Michel, e do nosso Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure.

Neste momento, passamos a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Boa-tarde a todos.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	13

Eu gostaria de cumprimentar a Deputada Arlete Sampaio, que está presidindo esta reunião, solicitada pelo nosso grande amigo Deputado Chico Vigilante, que, infelizmente, não pôde presidi-la devido ao falecimento da sua mãe. A ausência de S.Exa. é muito lamentável nesta tarde.

Quero cumprimentar o Subsecretário de Controle Urbano da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Sr. Ricardo Baseggio Filho; o Assessor Especial do Diretor Presidente da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, Sr. Valtércio de Almeida Batista; o Sr. Presidente da União dos Proprietários de *Trailers*, Quiosques e Similiares do Distrito Federal, Sr. Luiz Ribeiro; e o Sr. Coordenador Chefe da Coordenadoria das Cidades, Sr. Francisco Chagas Machado.

A minha falação aqui, nobre Presidente, é muito curta. Eu nem vou começar dizendo que eu comecei minha vida como feirante, como camelô etc. Nem vou falar da questão dos *trailers* e dos quiosques, porque todos nós aqui já sabemos dos problemas. Ano passado, o nobre Deputado Chico Vigilante fez essa mesma audiência pública, e, um ano depois, estamos aqui de novo.

Eu fiz questão de ficar ali atento e falar apenas depois do Coordenador das Cidades, nosso amigo Francisco Machado, porque a legalização, a resolução dessa questão dos quiosques e *trailers* do Distrito Federal é das administrações regionais, e o senhor é o Coordenador. As administrações têm que trazer para a sua coordenação as dificuldades para colocar a lei em desenvolvimento, porque, ao não trazerem essa demanda do plano de ocupação, elas estão causando um problema sério para o DF, porque o cidadão mais simples tem o seu quiosque, o seu *trailer* derrubado, e a Agefis sai como uma derrubadora, uma perseguidora, o que é mais um problema. No final das contas, só sobra para uma pessoa: o menos favorecido. Nós fizemos a lei, a lei anterior ao meu mandato, e essa lei resolve o problema de ocupação.

Então, aqui eu não vou falar mais do que dez palavras, Deputada. Vou fazer um encaminhamento.

A primeira casa – eu me lembro que eu tinha 3 ou 4 anos –, a primeira residência que a minha mãe pôde fazer lá em Anápolis foi feita por mutirão. Sabe o que é mutirão, Deputada? Um veio e fez a vala, o outro já estava fazendo a massa, e outro já estava carregando o tijolo. Foi feita uma casa com uma cozinha e um quarto, uma casa de três cômodos, dentro de um dia e foi telhada. Nós dormimos dentro da nossa casa feita por um mutirão.

Como estou vendo que está precisando haver um mutirão para resolver essa questão, eu proponho ao Francisco Machado que façamos um mutirão para resolver o problema da ocupação nas cidades do Distrito Federal. Essa é a única maneira de resolvermos isso imediatamente para que os menos favorecidos, que são os donos dos quiosques e dos *trailers*, sejam beneficiados por esta lei, a Lei nº 4.257, de



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	14

2008. É uma maneira que considero saudável e importante. Era esse o encaminhamento que eu queria fazer.

Eu quero dizer ao senhor que eu sinto e que ando na satélite. As outras questões dos administradores estão bem andadas: vê-se obras, praças e muitas outras coisas sendo feitas. A maioria das cidades do Distrito Federal, nessa questão do plano de ocupação dos *trailers* e quiosques, estão muitos passos atrás. Nós precisamos acelerar, e a maneira de acelerar é fazer um mutirão de organização das cidades para que os administradores possam legalizar os quiosques e os *trailers* e para que outras partes do Governo não sejam penalizadas. Então, esta é a minha contribuição.

Eu tenho também muitos amigos que têm quiosques e *trailers* e que me ajudaram muito. A questão da legalização, de colocar a lei para funcionar é uma obrigação do Estado. É preciso cumprir a lei. A lei já existe, já foi sancionada pelo Governador.

Vamos fazer um mutirão para que possamos legalizar essa questão e para que, no próximo ano, quando formos fazer uma audiência pública aqui novamente, esse tema não faça parte da nossa agenda do próximo ano, da próxima audiência pública, que seja outra demanda e não essa, que, no meu entendimento, tem de ser superada, no máximo, dentro de noventa dias.

Eu queria fazer esse encaminhamento, Sra. Presidente, agradecer a todos vocês. Eu quero lamentar aqui a ausência do nosso amigo Deputado Chico Vigilante, que é um companheiro que perdeu a sua mãe. Eu também perdi a minha. Hoje está fazendo 21 dias. Eu sei o que S.Exa. está passando. É lamentável que hoje S.Exa. não possa estar aqui entre nós.

Muito obrigado. Deus abençoe a todos nós.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada, Deputado Olair Francisco. Quero dizer que todos nós temos de aceitar o seu encaminhamento e participar desse grande mutirão. Que, de fato, no próximo ano, nós possamos fazer uma nova audiência pública, sessão solene, comissão geral, qualquer que seja, para discutir outros problemas, com esse já resolvido. Eu acredito que você tem toda razão e eu espero que isso, de fato, aconteça.

Eu quero passar a palavra agora ao Subsecretário de Controle Urbano da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Sr. Ricardo Baseggio Filho.

SR. RICARDO BASEGGIO FILHO – Boa tarde, Deputada Arlete Sampaio, Valtércio, Luiz Ribeiro, Francisco Chagas e todo os quiosqueiros que estão aqui.

A Sedhab, em conjunto com o pessoal dos quiosques, elaborou a lei. O Luiz Ribeiro acompanhou o tempo inteiro. Foi negociadíssima do início ao fim. Tudo o que está lá foi negociado, nada foi imposto. Assim que a lei foi aprovada, já em 2009, a



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	15

Sedhab elaborou um manual para facilitar o entendimento e orientar as administrações regionais em como elaborar os planos de ocupação. Chamamos uma por uma, e foi feita uma reunião orientando como fazer o plano, já em 2009. Aí, digamos assim, a bola ficou com a administração regional que era encarregada de elaborar os planos de ocupação.

Desde então, a gente está lutando para que isso aconteça. Para vocês terem ideia, em uma das administrações regionais, nós já orientamos quatro diferentes equipes. O administrador muda, a equipe inteira roda junto, vem gente nova, e a gente começa de novo. Isso já aconteceu quatro vezes. Em várias administrações, isso aconteceu. Aí, as administrações alegam dificuldade de material, dificuldade de recursos humanos. Nós montamos na Sedhab duas estações de trabalho com computador, com programa, com um técnico da Sedhab para orientar o técnico da administração regional. Quantos compareceram lá para usar esse benefício? Uma administração regional apenas ao longo desse tempo. Desde então, a Sedhab o tempo inteiro está tentando fazer esse bonde andar e não consegue. As administrações regionais não apresentam os planos de ocupação.

Agora o Francisco falou no modelo padrão. Ele foi desenhado pela Sedhab. Foi aprovado um modelo padrão para a área tombada e cada uma das demais cidades tem a liberdade de apresentar o seu modelo padrão. Não é obrigatório ter o modelo padrão da Sedhab. Cada uma faz o seu modelo e apresenta. Só tem que ser aprovado na Sedhab. Quantas apresentaram? Duas. Não é... A Sedhab está fazendo um esforço gigantesco, mas não anda. O nó, como foi falado aqui, é a administração regional. E, se tiver que haver um mutirão, que seja feito. O que falta é realmente vontade política de que isso aconteça. O Luiz está aqui o tempo inteiro acompanhando isso. A administração não se movimenta. Então, a gente espera que este seja o início de um trabalho que movimente as administrações regionais e a gente consiga levar adiante.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Ricardo Baseggio Filho.

Estamos vendo aqui representantes do Governo com pontos de vista conflitantes. Esperamos que este debate não seja feito aqui. Mas que, sobretudo, o Governo sente e resolva o problema. Isso é fundamental.

Eu quero anunciar algumas presenças aqui e depois passar a palavra para algumas pessoas que já se inscreveram. Quem mais desejar fazer o uso da palavra... Não poderemos ficar muito tempo. Pessoalmente eu tenho que me retirar em torno das 17 horas, mas a gente pode admitir algumas falas. Eu peço que o Cerimonial recolha o nome das pessoas que ainda queiram fazer o uso da palavra.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	16

Eu quero anunciar a presença do Sr. Alisson Cavalcanti, representando o Administrador Regional do Gama, Sr. Jairo Porto; da Sra. Luciana Carvalho, Gerente de Planejamento e Ordenamento Territorial da Administração de Sobradinho; do Sr. Ivani Carlos Pereira, Diretor de Serviços da Administração do Guará.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Sr. Pasem Saad.

SR. PASEM SAAD – Boa tarde. Eu quero cumprimentar a Mesa em nome da Deputada Arlete Sampaio. Parabenizo o companheiro Deputado Chico Vigilante, que infelizmente não está aqui, pela iniciativa de chamar esta comissão geral para a gente discutir essa implantação dos planos de ocupação dos quiosques e *trailers* do Distrito Federal.

Eu pedi para falar, Deputada Arlete Sampaio, porque nós assumimos na coordenadoria no começo do ano passado e, enquanto assessor parlamentar do companheiro Paulo Tadeu, Secretário de Governo hoje, acompanhamos de perto — junto com o Luiz Ribeiro, junto com outros companheiros que estão lá com a gente, como o Tita, como os companheiros das RAs que estão hoje acompanhando essa questão dos quiosques — a dificuldade que era encaminhar essa implantação do plano de ocupação.

Quando assumimos, acho que em março ou abril do ano passado, nós encaminhamos para todas as RAs uma circular pedindo cópias dos planos de ocupação que foram enviados para a Sedhab. De quase nenhuma houve resposta. Foi mais ou menos isso que o Ricardo falou. A gestão passou, quem saiu não deixou nada e quem ficou não tinha nada. Tivemos que começar praticamente do zero. Tiveram algumas RAs que infelizmente não estavam naquele momento para encaminhar os planos de ocupação.

No ano passado, nós chamamos as administrações regionais na coordenadoria, convocamos todos os diretores de serviços públicos das RAs para uma reunião na qual a Sedhab estava presente, orientamos mais uma vez, fizemos a apostila que a Sedhab tem de elaboração de plano de ocupação, encaminhamos para os diretores e eles levaram embora. Alguns deles, vou dar o exemplo aqui do Natanael da Administração de Ceilândia, resolveram fazer a padronização do Setor O, se eu não me engano, que foi aprovada, mas chegando lá o problema todo foi o material implantado na construção. A Sedhab não aprova a alvenaria. Foi apresentado para a gente que a alvenaria não poderia ser. Se eu estiver mentindo, o diretor que vai usar a palavra depois pode confirmar o que eu estou falando.

A nossa dificuldade toda em defesa dos companheiros quiosqueiros nessa relação, até mesmo dos companheiros da administração regional, é que eles estão na ponta e têm a dificuldade de falar para o quiosqueiro que ele não pode fazer de alvenaria e que têm de fazer de material removível, que custa um dinheiro que eles não têm. Mesmo a gente indo atrás de financiamento e tudo, fica caro para eles.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	17

Os companheiros da Ceilândia e de outros setores que também foram à Sedhab e tiveram a mesma resposta de que não poderia ser de alvenaria tiveram a iniciativa de pedir esta comissão geral para poder discutir essa questão. Até mesmo para alguns setores, como o da Socorro, na Estrutural, na colocação de um quiosque como aquele bonito que está ali naquela foto, existe a questão da segurança, fora a questão financeira. Então, o que a gente quer — aqui eu estou falando em nome da Coordenadoria — é que os companheiros da Sedhab tenham um pouquinho de sensibilidade na hora de usar essa questão sobre o material removível.

Existe uma alegação de uma decisão do Tribunal de Contas de 2003. Só que em 2003 não existia legislação. Até poderia existir, só que a legislação não era essa que exigia um plano de ocupação. Ora, se a administração regional faz uma consulta à Terracap, à Novacap, ao Detran, à CEB e à Caesb, do pouco que eu entendo, o quiosque vai ficar lá provavelmente em definitivo. Não tem porque o quiosque ser removido de lá. E eu também acho que para o Poder Público não tem nada que não seja removível, tanto é que a Agefis removeu um quiosque em Planaltina. Chegou lá, em 10 minutos derrubou e foi embora. Eu acho que tem que ter um pouquinho mais de sensibilidade nessa questão. Eu acho que tem que ter um pouquinho mais de paciência nessa...

Eu, particularmente, vou chamar mais uma reunião com os diretores de serviço público, na nossa Coordenadoria, para orientar novamente quem não fez a fazer o plano de ocupação e quem tiver dificuldades, porque eu recebo lá a dificuldade... “Olha, nós fizemos o plano de ocupação, só que não foi aprovado porque é de alvenaria.”

Eu ando de administração em administração, por todas, e falo para todos os administradores regionais. Está aqui o Adauto, está aqui a Socorro, está aqui o Estrela, que não me deixam mentir. Eu falo para eles: “Gente, o plano de ocupação vai acabar com os nossos problemas em relação aos quiosques definitivamente”. Quando o plano de ocupação tiver sido feito e aprovado, acabou aquela história de o quiosqueiro vir até a Câmara Legislativa para pedir a um Deputado para não ser removido. Não vai ser removido porque o plano de ocupação é definitivo. Então, eu peço aos administradores para fazer isso, e os administradores estão encaminhando para a Sedhab, que está recebendo. Há alguns, com o relatório que eu recebi na semana passada, dizendo que estão com problemas, mas chamem as administrações regionais, avisem para eles que têm que arrumar e sejam mais sensíveis em relação a essa questão da alvenaria. Pode ser que eu esteja enganado, é o que os companheiros passam para a gente.

Quero dizer, Deputado Olair Francisco, que a Coordenadoria de Cidades, do ano passado para cá, entregou de 800 a 900 termos de ocupação de área pública para quiosque. Nós fizemos em um ano lá mais do que toda a gestão. Não estou nem querendo comparar a nossa gestão com a gestão passada, mas nós fizemos em



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	18

um ano o que não foi feito desde o começo da lei. E a coordenadoria não é responsável pela definição do plano de ocupação. Nós somos responsáveis, sim, por orientar as administrações regionais, nós fizemos isso e vamos cobrar novamente. A Sedhab recebe o plano de ocupação e aprova ou não. Agora eu faço questão — se vocês me permitirem, e se o encaminhamento do Deputado for aprovado aqui sobre esse mutirão — de fazer parte desse mutirão.

Não sou arquiteto, não sou engenheiro, mas eu gostaria de fazer parte desse mutirão para somar, para ajudar os companheiros tanto das administrações regionais quanto da Sedhab a aprovar definitivamente esse plano de ocupação, para que a gente não tenha aqui uma associação com uma liminar na mão para evitar derrubada, para não vermos um companheiro quiosqueiro tendo que vir à Câmara Legislativa, à coordenadoria, ao governador para pedir para não derrubar o quiosque. Então, se esse encaminhamento do Deputado for aprovado, eu faço questão de fazer parte desse mutirão.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, companheiro Pasem. Em nome do Deputado Wasny de Roure, do Deputado Olair Francisco, queremos fazer um encaminhamento para que vocês se sentem, resolvam essa problemática e facilitem a vida das pessoas que estão nos quiosques, nos *trailers*, e a dos administradores regionais também.

Eu convido para fazer uso da palavra o nobre Deputado Wasny de Roure, Líder do Governo nesta Casa. Depois o Fred. As inscrições ainda não chegaram até agora. Alguém já se manifestou?

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Arlete Sampaio, companheiro Chico Machado, quero ter o privilégio de saudar a todos os integrantes da Mesa, que são históricos debatedores dessa temática. Vejo aqui muitas lideranças que discutem a questão do *trailer* em Brasília. Quero cumprimentar também os administradores presentes.

Este debate é da maior importância para todos nós. Não é um assunto novo em Brasília e não vai se concluir aqui. Contudo, acredito que nesse processo de discussão é que se aprofundam os parâmetros para desenvolvimento do plano de ocupação por parte dos *trailers*. Simultaneamente a esse processo que ocorre em Brasília, há um processo em curso em nível da União, a partir da Lei Complementar nº 123, depois com a Lei Complementar nº 128 e mais recentemente, com a própria Presidenta Dilma, na ampliação do faturamento para inclusão do pequeno e do microempresário. Essa temática cruza com a questão dos *trailers* em Brasília. Eu quero me associar aqui à questão daqueles que defendem essa economia que há muito vem se desenvolvendo em Brasília. Eu creio que ninguém desconhece que Brasília é uma cidade tombada, é uma cidade que tem compromisso com uma série



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	19

de outras demandas. Ninguém aqui desconhece que um *trailer* que está na área pública, não é porque ele ocupa a área que passa a ser dono da área. Não existe direito de posse em área pública, mas as pessoas que estão no mercado de trabalho necessitam sobreviver de maneira digna, de maneira respeitosa, de maneira a viver de seu próprio trabalho. Eu creio que nós precisamos juntar essas peças e construir os parâmetros da dignidade, para poder proporcionar isso àqueles que investem, que acreditam e que esperam que seu esforço seja respeitado.

Eu sou oriundo de uma família de feirantes, de mecânico e sempre vivemos nessa condição extremamente modesta de sobrevivência como meio de acessar uma maneira digna. Eu conheço esse processo aqui em Brasília desde o meu primeiro mandato. A Deputada Arlete Sampaio era vice-governadora, quando nós fizemos a famosa transferência dos ocupantes da Rodoviária, das áreas circunvizinhas, daqueles chamados camelôs, quando ninguém acreditava na chamada Feira dos Importados. Lembra-se disso, Deputada? Ninguém acreditava. Foi uma pauleira em cima do Cristovam. Hoje, não dá para quem quer, não dá para quem quer. Ou a gente vai desconhecer o perfil dos *trailers* que se desenvolveram no Setor de Indústrias e Abastecimento? Em épocas anteriores, eu fiz uma grande intervenção do ponto de vista de debater, discutir, porque lá os *trailers* atendem à alimentação daqueles trabalhadores do SIA. Não é simplesmente um atendimento modesto e precário. Ali se exige um nível de infraestrutura maior. Naturalmente, foge um tanto quanto à padronização que já vem sendo construída ao longo do universo.

Eu estava vendo o Vicente, que está ali... O Vicente é da luta – que nós chamávamos – dos camelôs móveis, ou seja, daqueles que vendiam balas e pirulitos na Rodoviária, quando houve uma intervenção no Governo do Cristovam para poder reformar a Rodoviária. E aí houve todo um conflito com os feirantes que se encontravam na própria Rodoviária, que depois vieram se situar ali nas proximidades do Touring. Vocês se lembram perfeitamente quando a feira se situou em frente do Touring, quando houve uma grande luta aqui, inclusive alimentada pelo ex-Deputado José Edmar. Nós estávamos nesse processo. Foi a chamada acomodação na própria Rodoviária, num daqueles chamados “caixotes”, espaços que em algum momento vão ser aproveitados, até por conta do alto preço do metro quadrado em Brasília.

Bom, voltando aqui ao debate do plano de ocupação, eu creio que há uma história de luta. Há uma história de caminhada em Brasília. E foi o mesmo Deputado Chico Vigilante que a trouxe para esta Casa aqui – é importante trazer esse resgate do debate das feiras. E hoje vem o debate do plano. Eu, inclusive, assinei o requerimento para a comissão geral da inclusão deste debate para que ele, então, pudesse adentrar o Poder Legislativo local. E eu fico feliz porque aqui ele está – de maneira correta é o local em que deve estar.

O Deputado Raad Massouh, que é o nosso atual Secretário da Micro e Pequena Empresa, vem exatamente num processo de construção e de



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	20

fortalecimento, do segmento da economia informal para uma economia que dê dignidade, condições de acessar o sistema previdenciário, que dê condições de manter compras regulares.

Agora, precisamos entender que aí vêm aquelas atitudes antipáticas que cabem ao administrador, ao Pasem, ao Chico Machado, à equipe da Agefis, etc. Porque vocês sabem como é esse negócio – vender pinga é uma coisa fácil, vender outros produtos é, às vezes, mais fácil ainda, e a gente sabe que naturalmente num local que é uma concessão do Poder Público, a gente tem parâmetros de trabalho – um atendimento básico, uma venda de água, uma venda de sanduíche, um atendimento emergencial, etc, etc. Nós não podemos nos colocar na perspectiva de minarmos o comércio formal porque o comércio formal alimenta o Estado com os tributos e, conseqüentemente, os compromissos que o Estado tem com a sociedade – pagamento de servidor, de investimento, etc. Então, esse jogo é um jogo a ser combinado de maneira muito clara com relação ao direito daquele que precisa sobreviver.

Eu estava outro dia aqui... Não é um tema tão diretamente ligado, mas também está indiretamente ligado. Nós estamos lá, Deputada Arlete Sampaio – o Estrela está aqui, o nosso Administrador do Park Way; o Chico já conhece o problema – com uma disputa entre trailista e feirante. Um negócio meio.... Bom, não vou entrar nesse debate, mas, enfim, o pessoal que trabalha com venda de plantas ali, no Núcleo Bandeirante e no Park Way, no caminho de quem vai para o Gama. São mais ou menos trinta anos. Trinta anos, Socorro! Ninguém pode esconder! Ninguém pode desconhecer que essas pessoas estavam lá, nos momentos em que vendiam pouco e nos momentos em que vendiam muito, mas seguraram a barra e agora vem o sistema da via expressa para poder melhorar o sistema.

Qual é a atitude da administração pública? É procurar, bater na porta do Chico Machado – já fizemos –, do Estrela, do nosso administrador da Candangolândia, para acomodarmos de maneira decente, de maneira responsável.

Posso ter n discordâncias do Governo Arruda, mas é uma coisa correta que foi feita. Não sei a maneira como foram feitas as distribuições, não acompanhei, acho que se deram mais já na gestão do Agnelo, foi o Chico Machado que acompanhou. Primeiro foi a Feira da Torre, numa situação de dignidade, de respeito. Primeiro, respeito à área tombada; segundo, à própria população usuária, como também ao próprio vendedor, comerciante, por que não dizer pequeno industrial, quem faz uma estante, produz, os próprios artesãos. Como também o próprio mercado perto da rodoviária, o Shopping Popular. Há um esforço do poder público em construir uma situação de dignidade, como também deve haver um esforço por parte daqueles que querem trabalhar, caminhar no sentido de encontrar respostas e decência. Então nós precisamos, porque cabe ao poder público ter um mínimo de controle do ponto de vista da saúde pública, do ponto de vista do tráfico, do ponto



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	21

de vista de evitar a marginalidade, do ponto de vista da comercialização de produtos indevidos... Então, é um encontro de responsabilidades.

Portanto, a minha palavra vai nesse sentido. Contem conosco, contem com a bancada do Partido dos Trabalhadores, contem com a nossa função aqui hoje na Liderança do Governo, mas também contem com os nossos olhos olhando no olho de cada um para dizer das responsabilidades que cabem a cada um num processo desses. Há direitos e há deveres. E nós precisamos construir isso de maneira harmônica, de maneira responsável, e não é à toa que citei alguns exemplos aqui para dizer que não é um assunto que está se iniciando hoje, não vai se encerrar hoje, mas vai exigir de cada um de nós.

Eu me lembro, Arlete, de quando numa gestão do Governador Roriz houve na cidade de Samambaia um alvoroço dos quiosques, dos *trailers* ali colocados. Um dos trailistas tinha sido colega meu de trabalho, ele me procurou e me chamou que fosse até lá. À época, a administradora não queria dar muito espaço para a gente que era deputado de Oposição. Aí ela chamou para um tipo de audiência pública, chamou todo mundo. Eu tinha pedido uma audiência, cheguei lá, pensei que ia ser atendido pela administradora, tava tudo quanto era trailista em Samambaia. Fui para o jogo, era o jogo a ser jogado, e é o jogo que nós jogamos. Felizmente, depois se encontraram saídas, etc, e se pode construir.

Portanto, contem conosco, mas também contem com a nossa responsabilidade com a coisa pública, a nossa responsabilidade com a sociedade. Nós achamos que, às vezes, a Agefis é dura, mas a função dela é essa. E quando não cumprindo as determinações que a legislação exige, ela responde com ação civil pública. O Ministério Público entra. Então o que precisamos é nos antecipar a problemas como esse que estamos aqui trabalhando.

Portanto, contem conosco. Acho que o Pasem foi muito feliz na sua fala. Vamos combinar o jogo a ser jogado e vamos caminhar com a devida capacidade, responsabilidade, porque nós não somos sozinhos na sociedade, nós respondemos àqueles que sustentam a própria sociedade, que é a população, que é o bem maior de todo o Estado.

Muito obrigado. Vamos a essa caminhada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure.

Quero anunciar e convidar a fazer parte da nossa Mesa, o Deputado Raad Massouh, Secretário de Estado da Micro e Pequena Empresa, da empresa de pequeno porte do Distrito Federal. Também quero anunciar a presença de Wallace Nascimento Menezes.

Concedo imediatamente a palavra ao senhor Frederico de Pina.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	22

SR. FREDERICO DE PINA – Boa tarde, Deputada Arlete Sampaio, Deputados e membros da Mesa, senhores e senhoras presentes. Hoje eu ocupo a chefia de gabinete do Deputado Chico Vigilante, e costumamos receber em nosso gabinete, semanalmente, de cinco a dez quiosqueiros, trailistas e ambulantes de Brasília, com seus problemas que eles trazem para a gente resolver.

Do nosso ponto de vista é um prazer recebê-los em nosso gabinete, até porque a nossa função é essa: atender as demandas da população; mas imagino que para os quiosqueiros saírem de seus quiosques, das suas cidades, e virem à Câmara Legislativa para resolver um problema não é tão agradável assim. Com base nisso, o Deputado Chico Vigilante nos orientou a propor esta comissão geral para debatermos e identificarmos os problemas vividos pela categoria e tentarmos definitivamente resolver os problemas pelos quais ela passa.

Eu participei, ainda na condição de assessor do mandato do Deputado Paulo Tadeu, na última legislatura, do trabalho de elaboração da Lei nº 4.257, que regulariza os quiosques. Como poucos, tive a oportunidade de debater cada linha, cada vírgula que hoje nós temos aqui como lei. E digo, com certa veemência, que o plano de ocupação dos quiosques, que está previsto no art. 9º da lei, é a alma da lei dos quiosques; sem ele a gente não consegue implementar e concretizar aquilo que foi dito quando da aprovação e publicação da lei. Porque sem o plano de ocupação a lei não se concretiza efetivamente na cidade. E não é só por conta da falta de licença de funcionamento, nem pela ação de fiscalização da Agefis, é porque sem o plano de ocupação os quiosqueiros e trailistas não têm condições de investir no próprio negócio. Ele não tem como comprovar, não tem documentação hábil para chegar a um banco, por exemplo, e pedir um empréstimo para investir no próprio quiosque. E hoje alguns administradores se apressam em acusar os quiosqueiros de não investir, de sujar a cidade, mas eles também não têm condições de criar recursos para transformar aquele espaço em um espaço agradável para todos, como eles gostariam. A falta do plano de ocupação acarreta, além do problema de fiscalização, certa insegurança jurídica. Os quiosqueiros não podem viver plenamente como empresários, como o governo quer que eles sejam, entrando para a formalidade, gerando empregos e pagando impostos.

Portanto, estamos aqui hoje representando o Deputado Chico Vigilante para dizer a posição de S.Exa., do nosso gabinete, em relação a isso. Defendemos com veemência que o Governo do Distrito Federal envide todos os esforços, use de todos os meios para garantir a execução do plano de ocupação nas cidades.

Estive presente na posse do Secretário-Chefe da Casa Civil, doutor Swedenberger do Nascimento Barbosa, e ele em seu discurso disse que o governo, agora, colocaria os programas, tabularia-os todos no sentido de estabelecer metas, prazos e resultados.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	23

Eu quero aproveitar a oportunidade, Chico, e sugerir que nós, no âmbito da Casa Civil, coordenados mais proximamente pela Coordenadoria das Cidades, possamos estabelecer um prazo concreto, realista. Eu acho que devemos dividir as administrações, porque há diferença entre elas: há cidades no Distrito Federal que não são regularizadas, e nós vamos encontrar um conjunto de dificuldades diferentes das daquelas que já são regularizadas. Nós precisamos ter um calendário para cada tipo de problema e deixar o suor descer às canelas de tanto trabalhar, para cumprir esse prazo. Esta é a primeira etapa: fazer as administrações cumprirem essa meta e esse resultado. Eu não sabia, fiquei surpreso porque o representante da Sedhab trouxe a informação de que há um manual de produção do plano de ocupação. Eu vou solicitar uma cópia para que o gabinete também possa se inteirar disso e participar desse esforço de orientação às administrações — mas isso deve ser uma função eminentemente do Executivo.

Há outro gargalo no Governo que é a aprovação do plano de ocupação na Sedhab. Concordo com o Deputado Chico Vigilante: não é o caso de apontarmos responsáveis. Eu acho que a Sedhab é uma das grandes secretarias deste Governo que está assoberbada, com uma missão hercúlea, que é quase impossível, mas que precisamos enfrentar. São verdadeiras cidades que precisam ser regularizadas, mas o plano de ocupação precisa ter uma atenção especial também, porque são mais de 20 mil quiosqueiros.

Acho que precisamos debater dentro do Governo, a Câmara apoiando esse debate, mas a Secretaria de Habitação deve responder em um prazo fixado a essa demanda das cidades de que o plano de ocupação seja aprovado ou ainda que seja estabelecida uma alternativa, que isso seja descentralizado para as administrações para que façam a elaboração e a aprovação.

O fato é que não podemos, sob qualquer alegação, ignorar o que está acontecendo. O nosso Governo, mais do que os outros, clama a responsabilidade da fiscalização nesta cidade, mas temos de ter a consciência também de que aquilo que está em processo de regularização não pode ser visto da mesma forma que um processo claro de enfrentamento ao Ordenamento Jurídico. Um quiosqueiro que está trabalhando, que está em um processo de regularização não pode ser visto como um invasor de terra que ocupou uma área na semana passada.

Então, é isso. Eu quero deixar aqui a mensagem do Deputado Chico Vigilante. Agradeço a presença de todos e dizer que estamos à disposição para qualquer dificuldade dos quiosqueiros e trailistas de Brasília. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada.

Como eu tinha dito a todos vocês, eu tenho uma audiência agendada para 17h. Então, eu preciso ir. Quero dizer que foi muito bom para mim poder substituir o Deputado Chico Vigilante. Lamento a sua ausência, lamentando, sobretudo, o motivo



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	24

pelo qual S.Exa. não está aqui. Espero que todos nós possamos dirigir uma prece a Deus para que Ele dê força ao nosso companheiro para que ele volte com toda a energia, como ele sempre teve, para a próxima etapa de sua vida.

Ainda há várias pessoas inscritas para usarem da palavra. Então, o Deputado Wasny de Roure dará sequência aos trabalhos para que eu possa me dirigir ao meu compromisso.

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh, que, nesta oportunidade, não é apenas Parlamentar, mas encontra-se na condição de Secretário da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Boa tarde a todos e a todas.

Primeiramente, eu quero agradecer a Deus a oportunidade que Ele está me dando de, mais uma vez, estar aqui nesta Casa trabalhando e defendendo a comunidade. Quero agradecer o convite feito pelo Luiz, da Unitrailer. Quero agradecer à assessoria do Deputado Chico Vigilante e parabenizá-la. S.Exa., por um motivo maior, que todos já sabem, não pôde aqui estar presente. Deixo os meus pêsames do fundo do coração, com muita sinceridade, ao nobre Deputado. Quero saudar o Sr. Ricardo Baseggio Filho, o Sr. Valtércio de Almeida Batista e o Sr. Luiz Ribeiro, pela sua luta diante dessa comunidade da Unitrailer. Quero também saudar o Sr. Francisco das Chagas Machado, meu companheiro de Secretaria. Estamos na mesma luta para fazer as coisas acontecerem e darem certo. Fiquei muito feliz quando vi o assessor do Deputado Chico Vigilante falando, defendendo as ideias. Quero parabenizar vocês por toda essa iniciativa. Quero me somar ao trabalho feito aqui por todos vocês e dar a minha contribuição para que tenhamos mais facilidade de trabalho.

Eu, hoje, estou na Secretaria da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária. O motivo que me fez aceitar o convite do Governador Agnelo Queiroz para assumir essa Secretaria, em primeiro lugar, foi que eu sou e sempre fui pequeno empresário e empreendedor individual. Já fui caminhoneiro, vendedor de panela, tive indústria de panela, tive loja de carro, hoje eu tenho um hotel fazenda, já vendi sanduíche. Eu sei as dificuldades por que nós passamos na vida durante todo esse tempo e sei a dificuldade por que vocês também passam. Eu vim aqui para me somar a vocês.

Quero dizer que a nossa Secretaria, depois de trocar uma ideia com o Luiz, deu entrada em um documento para ser somado ao projeto do Deputado Chico Vigilante, o qual atende a algumas reivindicações da Unitrailer, no caso, coisas que



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	25

realmente foram colocadas como algumas vantagens necessárias para que vocês possam trabalhar.

Então, acrescentando ao projeto do Deputado Chico Vigilante, nós fizemos agora um projeto de lei, também já pelo Poder Executivo, para poder somar na ajuda, que altera o dispositivo da Lei nº 6.257, de dezembro de 2008, e também acrescenta alguma coisa. Nós não tiramos nada do projeto de lei do Deputado Chico Vigilante, muito pelo contrário. Nós inserimos alguma coisa que nós entendemos que pudesse vir a somar, como no caso da definição de quiosque, que ficou: “pequena construção edificada em área pública destinada ao exercício da atividade econômica, podendo ser erguida em alvenaria, chapa, aço, alumínio ou madeira.” Aos ocupantes de quiosques, a metragem, que é de até sessenta metros, também deu muita polêmica. Nós entendemos que, se ele quiser que seja maior, lhe será permitido desde que pague a área e seja negociado. Nós podemos também defender essa ideia. Para a atividade econômica em quiosques e *trailers* até o início da vigência dessa lei, pode ser requerida ao Poder Executivo permissão de uso não qualificada, desde que a ocupem. E, também, o art. 40 da lei dispõe que é permitida a transferência da permissão dos quiosques para familiares, desde que sejam comprovadamente do mesmo sangue, da mesma família.

Então, eu acho que, com essas iniciativas, nós queremos demonstrar o carinho que nós temos pela entidade, o carinho que nós temos por todos vocês que trabalham com esse produto – *trailers* e similares. E quero dizer a você, Luiz, que sua categoria pode contar com a nossa Secretaria. Assim como todos vocês, nós queremos somar. Houve um pedido especial do Governador Agnelo Queiroz para que nós déssemos o máximo de atenção a vocês. Eu vim aqui para deixar as portas da Secretaria da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária aberta para vocês. No que nós pudermos somar, eu quero me colocar à disposição. Se em alguma coisa nós não pudermos ajudar, pelo menos atrapalhar tenham certeza de que não será da nossa parte.

Para não perder muito tempo, pois eu sei que o tempo aqui é muito precioso, foi feito aqui um projeto da nossa Secretaria. E eu vou pedir a algumas pessoas que o distribuam depois para não ter que falar os itens. Que vocês leiam, mas leiam com carinho, porque diz respeito também a vocês, diz respeito à pequena e à micro empresa e ao empreendedor individual.

Eu queria agradecer, Deputado Wasny de Roure, e parabenizar V.Exa. pela brilhante conduta na liderança do Governo aqui nesta Casa, saudar o meu amigo, Deputado Aylton Gomes, o Pasem, todos que aqui representam o GDF e principalmente vocês, que são os maiores guerreiros e que estão lutando por sua causa, uma causa justa e que eu acho merecida.

Muito obrigado, que Deus abençoe a todos.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	26

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado e Secretário Raad.

SR. RAAD MASSOUH — Eu queria só fazer uma observação: eu saí da Secretaria só para vir aqui dar esse recado a vocês, porque eu também tenho que voltar, eu já estava com um compromisso. Eu vim aqui só para isso, para atender ao pedido, prestigiar o Deputado Chico Vigilante, parabenizá-lo – eu gostaria que a sua assessoria o parabenizasse por mim – e dizer que a nossas portas estão abertas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Secretário Raad.

Concedo a palavra ao Administrador do Park Way, Sr. José Benevenuto Estrela.

SR. JOSÉ BENEVENUTO ESTRELA — Boa tarde a todos e a todas. Eu queria cumprimentar o nosso Presidente da Mesa, Deputado Wasny de Roure, o nosso Coordenador das Cidades, Chico Machado, o representante da Sedhab, Ricardo, o representante da Agefis, Valtércio, e o nosso Presidente dos Quiosqueiros e *Trailers* do Distrito Federal, Luiz Ribeiro.

Eu acho que a iniciativa do Deputado Chico Vigilante é excelente. São vários os quiosques que temos no Distrito Federal e que têm uma população que presta um serviço muito grande à comunidade. E a gente, como administrador, não poderia ficar de fora, e nem tem como ficar de fora.

Muito me preocupou a palavra do Ricardo. A preocupação é muito grande em dois sentidos. Primeiro, porque tem que se buscar uma solução para os quiosqueiros, e outra é aquela que o Ricardo falou: e realmente parece que o dever de casa não foi feito. O administrador não fez o plano de ocupação dos quiosqueiros.

Antes disso, eu gostaria de deixar clara a nossa preocupação, como Administrador – eu, do Park Way –, em resolver essa questão. Mas nós estamos impedidos diante de uma legislação do Park Way, porque nós não temos um plano urbanístico que preveja quiosques dentro do Park Way.

Isso está na lei, nessa Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, no seu art. 5º: “A instalação de quiosques e *trailers* no Distrito Federal é permitida somente se previstos em projeto urbanístico aprovado e registrado no cartório de registro de imóveis, ou em projeto paisagístico aprovado, ou constante no Plano de Ocupação”. Infelizmente, nós não temos. Então, eu acho que aí vem agora o PDOT e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, que realmente vão dar abertura para que se regularize essa situação.

Dentro do Park Way, os quiosqueiros do Park Way sabem que hoje ainda não há espaço autorizado ou permitido para que se faça ali um plano de ocupação dos quiosqueiros. E, por outro lado, há também uma resistência grande da



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	27

comunidade em colocar o quiosqueiro dentro da região residencial. Isso, essa resistência, nós vimos em várias reuniões.

E me preocupa agora o seguinte. Porque, com o Expresso DF – que vai sair do Gama, Santa Maria, vai passar na EPIA, a BR-450 –, nós vamos ter que retirar todos os quiosques daquela região. E essa preocupação, Machado, é, agora, para onde realocá-los. Porque nós não temos um plano de ocupação.

Eu tenho recebido constantemente lá na Administração, porque a Agefis tem ido ao quiosque dizendo: “Você tem 72 horas, você tem 48 horas para desocupar o seu quiosque, sob pena de ser retirado a qualquer momento.” Essa angústia nós temos sentido. Eu tenho conversado com a Coordenadoria, com a Ana Alamedo, na busca de uma solução. Isso nos preocupa. Preocupa o Governo, o Administrador. Como vamos resolver? E não tem mais tempo. Isso pode acontecer a qualquer momento, à medida que o DNIT chegue e peça para que se desocupe aquele espaço. E eles já chegam com tratores, com as máquinas, pedindo a remoção.

Então nós precisamos com urgência – a administração está preocupada – de uma solução para isso. E nós não temos – repetindo –, dentro do Park Way, um plano urbanístico, um projeto urbanístico, para dizer, ou para querer um espaço em determinado lugar onde possamos colocar.

Fica então esse registro, Presidente, Machado, dessa preocupação nossa. E me coloco à disposição dos quiosqueiros para os esclarecimentos referentes a essa remoção da EPIA Sul.

Muito obrigado. Boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Estrela. Convido nesta oportunidade ele, que é o Segundo-Secretário da Câmara Legislativa, Deputado de segundo mandato e bastante respeitado nesta Casa, Deputado Aylton Gomes.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Boa tarde a todos. Antes de qualquer coisa, agradeço a Deus a oportunidade de mais uma audiência nesta Casa. E é nesta fala que eu quero parabenizar, em nome do Deputado Chico Vigilante, pela proposição, o nosso querido Líder nesta Casa, Deputado Wasny de Roure, que é uma figura conhecida na política, um exemplo para todos nós. A gente chega novo nesta Casa e aprende muito com esses Deputados que já têm uma caminhada. E o Deputado Wasny de Roure é uma dessas figuras políticas que a gente olha e em que se espelha.

Deputado, parabéns pela condução, e por não ter deixado, mesmo em um momento difícil da vida do Deputado Chico Vigilante, que é a perda irreparável de sua mãe, a batuta cair. V.Exa. não deixou o bastão, e está aqui fazendo uma audiência com a grandeza desta Mesa formada.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	28

Quero parabenizar o Deputado Raad Massouh, que acabou de sair, pelas suas palavras. A Deputada Arlete Sampaio, que já esteve aqui, o nosso amigo Ricardo Filho, Subsecretário de Controle Urbano da Subsecretaria de Controle Urbano e Habitação, pela sua presença; o assessor especial do Diretor-Presidente da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, Valtércio Almeida Batista, um amigo. Ele já foi administrador público e nós já conversamos bastante em relação, principalmente, aos quiosques; o Presidente da União dos Proprietários de *Trailers*, Quiosques, esse amigo e batalhador, um guerreiro, que é o Luiz Ribeiro. Esse é incansável! Deus te abençoe e continue te dando essa força, amigão! E o Coordenador Chefe de Coordenadoria das Cidades, Francisco Chagas Machado, que se dispôs.

Quando se faz uma abertura, ou seja, “vou fazer uma audiência pública, vou abrir um debate na Câmara Legislativa”, as pessoas lá de fora nem imaginam o que é isso! Mas, é tão importante quando o Deputado puxa uma matéria dessa grandeza, principalmente, que é lidar com uma matéria que há muitos anos vem se deixando, e vem lutando, e vem passando para um debate franco dentro da Casa. Temos de agradecer a vocês que tiveram a coragem e que saíram dos lares e vieram para o embate e colocaram a cara para definir os pontos. Aqui é o lugar! Aqui é o foro certo! Aqui é o foro ideal para os grandes debates! Aqui é onde você tem vez, onde você tem fala, porque aqui é a Casa do Povo. É daqui que os problemas da sociedade ressoam para fora. E esse problema dos *trailers* é um problema antigo.

Eu fico muito angustiado quando se fala dessa situação, porque aqui sem se referenciar à pasta de a, de b ou de c, a gente sabe que na composição de um governo todo mundo tem a sua importância, todo mundo tem a sua missão. Eu fui administrador público e eu tinha uma angústia muito grande porque via as pastas do governo, as secretarias de governo muito distantes uma das outras. Cada uma tinha um universo de competência. E um não pode entrar na esfera do outro, um não pode entrar na seara do outro, “porque geograficamente é minha área de minha competência”, e isso gerava um transtorno muito grande.

Mas, isso não é uma alegria desse governo. É uma alegria de outros governos também, porque enquanto, desculpe-me, não fizermos com as nossas secretarias e com as pastas de governo uma grande reunião, uma junção para discutir a solução de um problema, nós vamos continuar sem dar oportunidade para o cidadão a quem o Estado – não vou dizer se ele foi omissos ou não – deu abertura e deixou que ele se instalasse em um lugar, onde ele está sobrevivendo com a sua família, fazendo o seu papel, fazendo aquilo que ele sabe fazer, para, de uma hora para outra, vir a pasta de um governo, sob uma ordem, sob uma égide – eles não estão errados, estão executando o seu papel – de tirar e falar, igual ao que eu escutei aqui, para sair em 72 horas.

É um problema para o qual temos de encontrar a solução. Enquanto nós tivermos só apontando o problema, esse está todo mundo vendo. Nós temos que vir



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	29

para este debate. Aqui é o debate. E aí a gente tem de tirar o chapéu para o Deputado Chico Vigilante, que suscitou esse problema, trouxe-o para cá, para sair daqui uma solução. Que se junte com a Agefis, que é a parte mais afetada, que é que fica de malvada na história. Eu fui administrador público e, muitas vezes, sem nenhum ressentimento, fui para grandes debates. Se era certo ou se era errado, naquela hora, eu queria era defender o cidadão que estava lá no seu *trailer* fazendo o seu papel.

Culpar quem? Olhar para o passado e achar um culpado? Dizer que o Estado foi omissos, deixou o cara se instalar num lugar que a lei não autorizava? Qual é a lei que deixa o cidadão ficar ali? Nós temos um PDOT? Nós temos um plano que agora é a LUOS, uma lei que realmente vai definir detalhes milimétricos em cada cidade. É essa lei que temos de buscar, que temos de vigiar, a que temos de estar atentos? Não adianta ficar lá de longe apontando os erros. Não, temos de vir para dentro da discussão, pois a LUOS vai ser a maior oportunidade do brasiliense, principalmente de quem vive nessas áreas ditas irregulares. Não pode ser irregular, porque você está aqui, está morando, está vivendo, está dentro dela, mas, segundo a lei, nós estamos irregulares. Temos de vir para o debate para juntar as forças do Governo, as pessoas que estão dispostas, pelo menos, a colocar a cara para alguém lhes dizer que ele está certo ou que está errado, mas, pelo menos, ele está disposto a entrar num debate para a gente sair daqui com a solução. Temos de buscar é lá. O que temos de definir? Onde está o problema? Qual é o momento da discussão de que eu tenho de participar para definir que essa área aqui é de escola, para definir que essa área aqui é de hospital, para definir que essa área aqui é dos *trailers*? Aí eu vou e vou para essa fotografia maravilhosa que está ali com um exemplo de um *trailer* bacana, bonito, onde você trabalha com mais tranquilidade, seu cliente também se sente mais confortável e você não vai ficar com aquele sentimento da época do rapa. Quem se lembra da época do rapa? Tinha um tal de rapa, que hoje é a Agefis. Não é ou eu estou mentindo? É o mesmo sentimento. O cidadão está ali trabalhando, e o cara também está trabalhando. Nós vamos culpar o cidadão? Ele está fazendo o papel dele.

Eu acho que tem um erro de origem. Enquanto nós, Governo, enquanto nós, Estado, enquanto nós, representantes do povo, não buscarmos todo mundo e condensarmos numa sala... Ali eu não sei o que vai dar, quem vai engrossar a voz, de quem não vai, quem vai ficar bravo, quem vai ficar manso, mas tem-se que sair dali com uma definição, com uma planilha, com uma ação de governo.

Muitas vezes, o que eu percebo é o Governo contra o próprio Governo. Uma ação dessas para mim é o Governo contra o próprio Governo o tempo todo. Fica o administrador público, coitado, em uma situação de angústia. O cidadão o procura, mas ele quer cuidar da família, não pode dar um parecer de próprio punho, porque, daqui a pouco, ele responderá por improbidade administrativa. Ninguém vai entender



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	30

isso. Vão achar que o administrador é que é ruim, não quer ajudar, não quer fazer, que pode, porque é o administrador. Às vezes, foge da competência do cidadão, às vezes, foge da competência dele, e a gente não quer saber.

Uma coisa que eu aprendi é que existem três tempos na vida. Uma delas é o tempo de Deus. Temos de saber sofrer as angústias de Deus, para quem acredita. Outro tempo é o dos homens, que é sempre o “meu” primeiro, é o maior, é o ontem, é o impaciente, é a angústia, essa coisa louca nossa do dia a dia. Esse é o tempo dos homens. “Por que não fui eu?” “Por que...” Tem sempre um eu, tem sempre uma primeira pessoa no tempo dos homens. O meu era preferido, era o predileto. Outro tempo é da política, gente. Ah, o tempo da política! Ele é atemporal, ele não tem uma cronologia. Tem de ter um *feeling*. Se você perder o bote, você dançou. Uma ação errada, e você vai para o céu ou para o inferno rapidinho. É um ar. Você está numa linha tênue. E se o Governo não fizer essa junção – não estou colorindo o Governo, estou dizendo o Governo, o Estado, o representante do povo, aquele que está ali para resolver o problema do dia a dia – não buscar as cabeças para juntar, para sair dali uma definição, pelo menos para dar um prazo: “Oh, gente, num prazo de seis meses em que essa lei vai acontecer, a Agefis está impedida de atuar e fazer o seu papel, que é legítimo e legal, pelo menos nas áreas cadastradas ou catalogadas, que são a, b, c, d, e e. A partir de agora, tudo que surgir de novo, aí, sim, iremos para uma ação direta, porque aí será uma invasão, não será permitido.” Para aquele que já existe, vamos aguardar um período, vamos dar um prazo para que a lei o contemple. Se a lei não o contemplar, meu irmão, o que poderemos fazer? Vamos para a discussão, mas vamos dar um prazo para não ficar essa coisa de perseguição, jogando culpa nas costas de alguém, trazendo a responsabilidade para os outros, deixando alguém se sentir – vou evitar falar uma palavra agora – aquele cara mesmo. De repente, não.

Este é o debate certo, este é o fórum legítimo. Vocês estão de parabéns, porque expuseram o rosto e vieram com a cara. Aqui é a Casa do povo, aqui é o local onde vocês têm vez. Se vocês não tiverem vez aqui, acabou o Estado, a democracia foi embora. Aqui vocês podem gritar, espernear. Quando saírem daqui, tudo ficará aqui. Aqui vocês podem aumentar a voz, podem ficar bravos, porque esse é um direito e um dever de vocês. Quando estiverem ali fora, não fiquem bravos, não, senão o coração sai antes da hora e nem vivemos. O mundo já está tão turbulento. No dia a dia, ter inimigo é a pior coisa. No dia a dia, ficar buscando briga é muito ruim. Aqui, joguem suas angústias, tragam o seu posicionamento. Se você tem uma ideia boa que vai solucionar um problema, traga a sua ideia. Muitas vezes, cobramos solução, mas não oferecemos nenhuma. Cobrar é tão bom. Ofereçam uma. De repente, ela vai valer; de repente, não vai valer, mas deem essa ideia, tragam-na para os órgãos de competência.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	31

Eu tenho que me render, Deputado Wasny de Roure, a V.Exa. por este debate. Eu, um administrador público que teve a coragem de vir aqui, porque o administrador nesta hora sempre é a figura errada, porque “foi ele quem não deu documento para eu funcionar, para cuidar da minha família para lhe dar o sustento”.

Enquanto não fizermos isso e não tirarmos uma ação conjunta de governo... O Governo não pode jogar contra o Governo. O órgão de fiscalização contra o Governo é a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Governo é governo, tem que andar de mãos juntas, tem que estar ombreado, tem que estar de mãos dadas. Esse negócio de Secretário a, b e c não poder entrar na seara do outro envolve ciúme, vaidade e orgulho humano. Temos que contar com ele.

Enquanto não solucionarmos esse problema, a Agefis sempre vai ficar como a vilã da história, e o cidadão que está buscando cuidar da sua família não terá um documento que o ampare. Temos que encontrar esse amparo, e esse amparo sai daqui deste debate. Temos que retirar esse encaminhamento daqui, Deputado Wasny de Roure. Qual encaminhamento faremos para o Governador? Dar um prazo? Só depois da lei, a Agefis terá uma atuação direta? Para os casos existentes, ela dará uma trégua? Vamos arrefecer e vamos aguardar os novos casos? Com a determinação, se eles surgirem, será invasão. Sobre eles, vamos atuar. Para os existentes, vamos dar um prazo limite, para que venha a LUOS e discutamos? Se nela não for possível, vamos contemplá-los dentro dessa lei e vamos agir? Não sei. De repente, este é só um encaminhamento que deixa a V.Exa., aos órgãos de Governo, às pessoas que têm essa responsabilidade.

Não é fácil, gente. Não pensem que gerenciar administrações... O responsável está aqui. Para um administrador, já é difícil demais. Agora pensem para o cara que gerencia isso tudo. É complicado.

Se não andar juntos e não estiver alinhado, esqueça, é fantasia. Falo porque sofri quando passei por lá. Você quer resolver.

Uma coisa que o Corpo de Bombeiros me ensinou é que ninguém trabalha só. Eu fiquei quinze anos naquela corporação, pela qual tenho um carinho muito grande. Quando chegamos a um acidente automobilístico em que há uma pessoa presa nas ferragens e ela está pedindo socorro, dá vontade de ir com a mão e arrancar, mas a lata é mais forte que você. Aí você vem com a técnica, com o equipamento, com jeito, com zelo, com aprendizado, corta daqui, tira dali e entrega aquela vítima nas mãos do médico. Você nunca deixa uma vítima no meio do caminho. Você não pega uma missão para largá-la no meio da estrada. Se você pega a missão, você tem que dar o resultado para ela. Esse ensinamento o Corpo de Bombeiros me deu. As missões não ficam na estrada. Não há como você pegar uma causa dessa grandeza e largá-la.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	32

Por isso, eu admiro este cidadão que está com a bandeira levantada o tempo todinho. Eu já o conheço de outros governos e sei que ele nunca abandonou a causa, está ali firme. É assim que temos de fazer: pegar uma causa e levá-la até o fim. Nesta causa, não há ninguém fazendo perguntas. O bombeiro não pergunta a classe política, a classe social, o partido, a religião nem onde a pessoa mora. O cidadão é o cidadão. Quando você presta serviço para o povo, você não olha quem, você presta serviço para o povo, porque lá está um filho de Deus. É esse o nosso papel de gestor. Quando tivermos essa consciência, não discutiremos mais problemas de *trailer*. Cada um terá o seu documento. A forma de zelar do seu empreendimento é de cada um. Aquele que fez um quiosque daquela forma está de parabéns. Cada um tem sua forma, seu jeito de conquistar seu cliente.

Então, que Deus abençoe cada um. Podem contar com este bombeiro, aqui, na Câmara Legislativa, para somar. Sou soldado dessas autoridades aqui na luta de vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Aylton Gomes. Muito obrigado pela sua experiência como ex-administrador da cidade de Planaltina.

Eu convido, nesta oportunidade, a Sra. Rosália de Oliveira Costa, uma quiosqueira que está entre nós, valorizando o evento.

SRA. ROSÁLIA DE OLIVEIRA COSTA – Boa-tarde, gente. Meu nome é Rosália. Não sei falar bonito, pois sou praticamente analfabeta.

A minha reclamação de hoje, a minha reivindicação... Eu acho que eu sou a única pessoa aqui que vai fazer uma reclamação. Acho que é um caso diferente do de todos vocês. Primeiramente, eu não vou reclamar. Eu só vou agradecer à administração, que está tratando a gente muito bem. Quando a gente chega à administração, já existe uma sala só para os quiosqueiros. Quando você que não tem um computador em casa chega à Agefis, eles tratam-no muito bem. Se você sabe ler ou não ler ou não tem um computador, eles, com muito carinho, tiram a taxa da gente. Eu estou muito nervosa. Meu pai também é analfabeto. Eles tiram a taxa da gente e tratam a gente muito bem.

Eu cheguei aqui em 1980. Eu coloquei a minha primeira banquinha na W3 Sul. Em 1995, a administração passou e fez o cadastro da gente. E a gente correu atrás de toda a documentação, tudo o que a gente pudesse levantar para fazer o cadastro. Foi em 1998, se eu não me engano, que a gente obteve da administração a primeira licença para estar naquele lugar. Agora, em 2009, eu consegui a minha permissão de uso. Fui uma das primeiras. O pessoal de lá, todo mundo que foi cadastrado em 1995 recebeu.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	33

A denúncia que eu quero fazer aqui não é contra a Agefis, não é contra a administração, é contra a associação da Unitrailer. Meu trailer está lá desde 1998. Sei que estou errada e que, por falta de informação e, às vezes, por uma pressão, a gente fica com a cabeça muito quente. Chegou a Vigilância Sanitária ao meu quiosque, fez uma vistoria e constatou que havia rato, cocô de barata. Eu vendo mel e ervas medicinais. O meu quiosque fica na 516 Sul, ao lado do Pão de Açúcar. Ela falou que eu não teria condições de exercer aquela função no meu quiosque na situação em que ele estava. A lataria estava toda podre. As portas já estavam todas escoradas com madeiras. O piso também era de tábua, de madeira. Ratos, baratas e tudo. Então, o que eles me alegaram? Se eu não tomasse uma providência, meu quiosque seria fechado, interditado e eu seria multada, porque eu não teria condições de vender. Então, gente, o que eu fiz: reuni irmãos, primos, todo mundo que pudesse me ajudar. Procuramos um serralheiro que pudesse me fazer mais barato. Todo mundo me ajudou. Inclusive o pessoal da quadra me ajudou. Todo mundo me deu doações, porque sou mãe solteira, sou mãe de duas crianças. E o que aconteceu? Eu, às vezes, com minha imaturidade, por ter meu termo de permissão, por pagar as minhas taxas todas em dia, por ter minha documentação toda em dia, por meu termo ser de 1998, fui a um serralheiro e pedi que ele fizesse um quiosque novo para mim. O que aconteceu? Eu peguei o Munck, retirei a minha carcaça que estava lá e coloquei um quiosque novo. Aí, o que aconteceu, gente? Quem foi lá não foi a administração; quem compareceu lá não foi a Agefis. A primeira pessoa que apareceu no meu quiosque, olhando para mim e falando no meu rosto: “eu vou mandar demolir seu quiosque” foi você.

É isso que estou falando, gente. Admiro... Primeira coisa, não sou associada, gente. Nunca paguei um real à associação. Não nego em lugar nenhum. Agora, eu falo para todo mundo: vocês que estão nessa ilusão de um termo, dessa permissão, se vocês não têm um processo na administração, vocês que estão instalando quiosques há um ano, dois anos... A Unitrailer passa prometendo para vocês que vocês terão uma permissão de uso. Isso é mentira. Quem está pagando aqui...

Sei que não vou ganhar aplauso de ninguém aqui. Eu sei, eu sei. Eu sou praticamente analfabeta, mas não sou burra. Eu acho que sou a única pessoa que está falando isso. É uma coisa diferente, é muito diferente. Tive muita coragem para ter largado meu quiosque lá e ter vindo aqui para falar isso. Eu sei que estou errada, porque eu já conversei com gente que entende mais que eu e que me disse que não poderia ter trocado meu quiosque, que eu teria que esperar mais um monte de documento.

Gente, não esperem a associação. Vão à Receita para verem se vocês estão na dívida ativa. Se estiverem, vocês não conseguirão uma permissão de uso; se vocês têm outra firma, vocês não conseguem. Estão entendendo? Então, não fiquem



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	34

só esperando. Vão atrás dos documentos de vocês. Vão vocês mesmos. Não esperem a associação.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Sei que há problemas entre a entidade representativa dos quiosqueiros e os próprios quiosqueiros. Eu só gostaria de pedir a gentileza de não transformarmos a audiência num debate interno da entidade. Isso é algo pertinente à entidade e aos associados. Qualquer coisa que afeta ao Póde Público, temos três representantes do Poder Público aqui na Mesa. Isso é somente para entendermos que há alguns limites em que estamos operando nesta audiência. Não vamos adentrar na pauta e na temática da representação da entidade, que, naturalmente, é uma tarefa dos que estão associados de avaliação nos seus processos eletivos.

Eu convido para fazer uso da palavra o Sr. Adriano Alves. Em seguida, convidarei o representante do Administrador de Ceilândia, Sr. Natanel.

SR. ADRIANO ALVES – Boa tarde a todos.

Deputado Wasny de Roure, eu entendi o recado. Eu não vou fazer daqui algo pessoal. Eu vim aqui, pura e simplesmente, para falar que já é a quarta vez que ouço o que ouvi hoje. Eu ouvi diversas vezes. Participei da primeira lei, Lei nº 901, da Lei nº 3.313 e da Lei nº 4.257. Participei de várias discussões, de junções para tentar organizar. Isso é que é o problema.

O que eu tenho para dizer aqui é que se discute, discute-se e não se chega a lugar nenhum. Não desqualifico esta reunião. O que eu quero dizer é que qual a diferença de se estar trabalhando de forma insalubre, digamos assim, num quiosque que não pode ser utilizado, pois está em péssimas condições e não pode ser reformado – é o que diz na minha permissão –, ou num quiosque daquela forma ali, que pode ser removido de qualquer forma, até na cabeça se quiser. É o que eu falo: por que vamos ficar enrolando? Eu até peço desculpas, mas acho que isso não é um plano de ocupação, é um plano de desocupação, porque eu estive várias vezes na Seduma, na Sedhab. Já mudou tantas vezes que eu até fico tonto. Lá, dizem que é um problema da administração. Vou à administração, e ela diz que o problema é da Sedhab. Eu não sei de quem é o problema. Aliás, sei: o problema é nosso, o problema é dos quiosqueiros.

O que eu quero propor ao Poder Público, ao Governo, até à Câmara Legislativa é que reformemos os quiosques, pelo menos os da área tombada, da RA I, porque os quiosques são removíveis. A amiga que estava aqui, tão nervosa, disse que levou no Munck. Eu não levei no Munck, porque o Munck é caro, mas levei numa plataforma, aquela plataforma que leva os veículos. O quiosque é removível: posso desmontá-lo e remontá-lo, posso carregá-lo, arrastá-lo. Então, se podemos funcionar



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	35

como estamos funcionando, de qualquer jeito, por que não implantarmos o novo padrão? A Copa das Confederações está aí. E aí? Será que vai dar tempo, na hora em que sair esse plano de ocupação, de reformar todos? É a grande pergunta.

Chega-se na Sedhab, poxa vida! “Aqui não pode, aqui pode, aqui não pode.” Tem gente que está lá há trinta anos no local, e a Sedhab vai dizer: “Olha, aqui você não pode ficar”. Poxa, mas eu estou aqui há trinta anos e não posso ficar aqui, mas por quê? “Ah, porque não sei o quê, não sei o quê...” Nunca dá uma resposta técnica. O que eu quero dizer é o seguinte: reformemos. Esqueçamos o plano de desocupação, eu digo assim.

No meu setor específico, o Setor Bancário, onde querem colocar a gente é brincadeira. É brincadeira! Vão nos colocar na beira da pista. Lá no Banco Central não pode, porque existe a linha verde, existe a área dos restaurantes. Pelo amor de Deus! O pessoal está lá antes dos puxadinhos. A área verde, criaram agora essa loucura. Não dá para entender o que se quer.

E aí eu digo que, quando o Estado é omissivo, quem acaba sofrendo é a parte mais fraca. É a lei da Física: sempre a corda rompe do lado mais fraco. E nós acabamos ficando aí, à deriva, na berlinda.

Somente para concluir, a proposta que tenho é esta: que nós reformemos os nossos quiosques da RA I e, posteriormente, o plano de ocupação.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Adriano.

Nesta oportunidade, convido a fazer uso da palavra o representante da Administração da Ceilândia, o Sr. Natanael, e, posteriormente, a Sra. Maria Francisca Costa Vieira, que já pode se aproximar para ganharmos tempo.

SR. NATANAEL – Boa tarde a todos e a todas. Deputado Wasny de Roure, Presidente da Mesa; Chico Machado; Ricardo Baseggio; Valtércio, da Agefis; quiosqueiros; Deputados presentes, cumprimento a todos.

Vou falar três coisas bem claras. O relato dessa companheira que falou aqui é uma coisa interessante. O art. 29 da Lei dos Quiosqueiros fala que, até que se faça o plano de ocupação, nenhuma reforma pode ser feita nos quiosques. Nada. Por exemplo, Ceilândia tem 580 quiosques. Depois dessas alterações, tem em torno de 500. Os quiosques estão quase todos caindo aos pedaços. Os quiosqueiros vão até a Administração solicitar uma reforma, mas não podemos fazer, somos impossibilitados pela lei, ficamos amarrados. Às vezes acham que é má vontade, mas não é. Pelo art. 29 da lei, nós não podemos fazer nenhuma reforma até que se faça o plano de ocupação.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	36

Quando entramos na Administração, no dia 12 de janeiro, nós procuramos a Sedhab e pegamos esse manual. Fizemos todos os procedimentos que o manual solicita, acho que são treze, se não me engano. Cadastramos os quiosques, identificamos, mandamos os ofícios para as concessionárias, pegamos todos os procedimentos administrativos e técnicos da Caesb, CEB e tal. Apresentamos o projeto e fizemos acho que nove reuniões com a Sedhab, inclusive com o Ricardo já fizemos três reuniões. Fizemos tudo aquilo que a Sedhab pediu. No final do ano, devolveram o nosso projeto pela terceira vez. Disseram que no nosso projeto tudo está de acordo, mas porque é de alvenaria eles não permitem.

Por que de alvenaria? Os quiosques da Ceilândia, por exemplo, que é uma cidade muito grande, têm uma dificuldade, a questão de roubos e furtos. Os quiosques de lata enferrujam e, com o tempo, corroem por causa de xixi de cachorro, chuva e tal. E a alvenaria traz mais segurança, porque o quiosque é mais difícil de arrebentar. A maioria dos quiosques que são roubados ou furtados na Ceilândia é porque o pessoal chega com qualquer coisinha e arranca. Quebra e rouba as coisas. Pelos quiosques que estão em condições difíceis, não podemos fazer nada.

Antes de vir para cá, eu estava lendo o despacho do Ricardo Baseggio no nosso projeto e está tudo dentro das normas. O projeto urbanístico, o projeto arquitetônico, tudo está lá. Tudo o que a Sedhab pediu nós fizemos, mas, porque o quiosque é de alvenaria, eles não permitem fazer. E, sem a anuência da Sedhab, nós não podemos fazer o projeto do plano de ocupação desses quiosques, porque a lei fala que tem que ter a anuência deles.

E aí, uma coisa que pergunto, Ricardo, bem diretamente: Ceilândia tem 28 bancas de jornais e revistas de alvenaria, nos mesmos espaços dos quiosques e pôde fazer. É uma situação difícil. A gente fica em uma situação complicada, porque a gente é a ponta, sofre toda a pressão e depende dos órgãos para que isso aconteça e não acontece.

Infelizmente, as administrações sempre é que ficam na situação mais difícil, porque o administrador é o coitadinho da história e o mal de tudo. Entendeu? A gente está nesse pé de dificuldade. A gente espera que nesta reunião de hoje a gente saia daqui com alguma coisa encaminhada para tentar resolver essa situação, porque do jeito que está não dá.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Natanael.

Registro a presença da Deputada Celina Leão, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

Concedo a palavra nesta oportunidade à Dona Maria Francisca Costa Vieira.

SRA. MARIA FRANCISCA COSTA VIEIRA – Boa tarde a todos. Eu aqui, praticamente, vou mais fazer um apelo. Eu vim aqui mais para fazer um apelo neste



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	37

momento, principalmente, depois de ter ouvido o Deputado Aylton Gomes, quando ele disse para vir buscar aqui dentro, que é a Casa do povo. Aqui é que a gente busca a solução para os problemas. Praticamente a maioria dos deputados que estão deputados, que já foram deputados e que estão senadores sabem do problema que vou colocar aqui agora. É rápido mesmo.

Anos atrás, eu perdi uns boxes comerciais. Esses boxes comerciais que eu perdi... E não fui só eu, foram oitocentas pessoas, certo? Inclusive, o Deputado Wasny de Roure sabe disso, porque nós estivemos lá – eu, minha colega e outros deputados também. Lamento que a Deputada Arlete Sampaio não esteja aqui. O meu conterrâneo, Deputado Chico Vigilante, também sabe disso, assim como o Cristovam e todo mundo.

O que acontece? Eu venho lutando esse tempo todo para resgatar e para ver se eu tenho condições de pegar um para eu trabalhar, porque todo o meu dinheiro, quando eu me aposentei naquela época, eu botei dentro da infeliz Multifeira, que todo mundo sabe. Eu botei lá dentro, paguei à vista e foi levado tudo, porque eu achava que estava comprando e botaram o nome de *res locata*. Eu achava que *res locata* era comprar. E todo mundo foi no *res locata*.

Então, o que eu gostaria? Eu gostaria que fosse vista essa condição de como eu poderia me engajar. Eu pedi, inclusive, para o Fred. Eu estive com o Chico, eu estive com o Fred, que ficou de intercalar com o Pasem, e disseram-me que não tinham condição de fazer isso para mim, porque eu solicitei que fosse na Feira da Torre. Por que Feira da Torre? Porque eu tenho uma limitação de saúde e o médico não permite que eu dirija e tampouco me afaste – eu moro com minha prima aqui no Plano – por causa da epilepsia.

Eu solicitei e continuo solicitando que seja visto esse meu caso e que ele seja analisado como pessoa, como ser humano em primeiro lugar. É uma terceira idade? É uma terceira idade, mas também precisa fazer alguma coisa, porque a gente não morreu. Eu ainda não morri, não! Ainda estou viva. Estou respirando. E, enquanto a gente estiver respirando, a gente tem condições de fazer alguma coisa.

Eu solicito que seja revisto isso e, se puder, alguém ou os deputados que estão aqui com a Administração... Inclusive, eu acredito na Administração, conheço o Agnelo, porque a gente já esteve nos meios políticos. Eu não estou aqui pedindo nada de tão extraordinário que não possa ser analisado. Eu recoloco essa posição para que seja analisada e para que seja vista como ser humano, como pessoa.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Dona Francisca.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	38

Convido a Sra. Administradora da Cidade Estrutural, Professora Socorro Torquato, para também trazer suas dificuldades na Administração quanto à matéria e sugestões.

SRA. SOCORRO TORQUATO – Meu boa tarde a todos os presentes. Eu quero cumprimentar o companheiro Deputado Wasny de Roure que está presidindo a Mesa; o companheiro Chico Machado, que nós sabemos da luta, pois estamos juntos desde o início do mandato; os representantes da Agefis, da Unitrailer e da Sedhab. Parabeno o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa.

Nós sabemos que os trailistas e os quiosqueiros estão nesta luta há muitos anos. Sabemos que não é fácil resolver, porque se fácil fosse há alguns anos isso estaria pronto. Mas, em dois anos de mandato, o nosso Governo... Aí eu acho que aqui é uno, não existe a culpa daqui ou dali, existe um processo dado. Em cada localidade esse processo acontece de uma forma. Eu quero falar da forma como isso acontece na Estrutural, no SCIA, para que a gente possa entender e passar um pouco da experiência do que foi vivido lá, mesmo que rapidamente.

Nós construímos, sim, o nosso plano de ocupação. Ele está construído. Ele foi iniciado há mais ou menos três anos e retornou à Administração quando nós chegamos à Administração no ano passado. Retornou e nós recomeçamos para tentar responder a todas as questões que estavam pendentes, mas essa reconstrução se deu ouvindo todos os quiosqueiros. Aí, nós sabemos que o processo não é fácil, porque quando existe muita gente envolvida e várias opiniões, até se chegar à opinião que seja pelo menos uma conciliação, mesmo que não seja o ideal para todos, mas é uma conciliação, isso fica melhor.

Nós temos hoje, sim, o projeto pronto, o plano de ocupação está lá. Pelo menos está pronto em termos de discussão coletiva. Nós fizemos várias reuniões. A última que fizemos foi para apresentar o projeto, para apresentar qual o modelo de quiosque foi construído a partir das demandas levadas à Administração. Sabíamos já que existia uma dificuldade em relação ao tipo de quiosque. Isso também já foi repassado para todo mundo. Nós esperamos que agora, resolvida a situação, se permita que o quiosque seja construído sim em alvenaria. Foi o solicitado pelos quiosqueiros da Estrutural: que fosse alvenaria, por questões de segurança. (Palmas.) Eles têm há muito tempo muitas situações de assalto, de roubos. Com a alvenaria isso seria mais dificultado, pelo menos.

O processo é esse. Hoje, nós temos o plano pronto em termos de ouvir todos os quiosqueiros. Está pronta uma Praça de Quiosques na Cidade Estrutural, uma Praça de Alimentação na Cidade do Automóvel e a reorganização de todos os quiosques espalhados nas duas cidades. Na Cidade do Automóvel, nós contamos com o Sinduscon. Fizemos uma reunião inclusive com a participação da Unitrailer,



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	39

da Agenciauto, do Sinduscon e dos quiosqueiros, para que a gente chegasse a um ponto e dissesse: esta é a melhor proposta. Então, construímos dessa forma.

O que nós esperamos? Sabemos, todos os quiosqueiros e trailistas aqui presentes, que não é fácil a luta, mas ela tem que ser construída porque é assim que a gente constrói a nossa vida. Que a gente chegue realmente a um processo que seja o melhor para todos e onde o nosso Governo continue a dar as respostas que estamos dando, porque não é uma situação fácil, mas é uma situação possível.

Então, é isso. Está pronto. Já encaminhamos, recebemos de volta, fizemos as correções, escutamos os quiosqueiros. Retornará agora à Sedhab, à Coordenadoria, para que a gente consiga realmente ter o nosso projeto... Inclusive já existe orçamento para a Praça dos Quiosques da Estrutural. Os quiosqueiros lá estão muito felizes com isso.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Socorro. Parabéns. Eu convido a Sra. Jhiany Silva Delmondes.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Eu peço à Jhiany que nos dê um minuto só para ouvirmos a Deputada Celina Leão. É um privilégio que tenhamos todos os Parlamentares que entendem a importância da matéria. Que venham ao plenário, que deem a sua posição, porque todos eles participam e darão a sua contribuição no processo de equacionamento da matéria.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Obrigada, Líder. Primeiramente, eu queria parabenizar o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa, nós sabemos o motivo da ausência dele. Eu estava no meu gabinete, Deputado Wasny de Roure, e V.Exa. foi muito feliz quando colocou que os parlamentares que estão na Casa têm que pelo menos ter a dignidade de descer e participar de uma audiência importante como esta, até porque eu tive oportunidade de ser chefe de gabinete nesta Casa e a gente sabe que passa governo, vem governo e esse assunto não se resolve. Então, é algo que se arrasta e a gente sabe da burocracia também. Boa vontade, muitas vezes a gente sabe que os gestores têm de resolver, mas não é só um Poder, é Ministério Público, é PDOT, é LUOS, então é realmente muita coisa. Aliás, são muitas coisas que envolvem este tema.

Eu gostaria também de cumprimentar aqui – o Deputado Raad Massouh já saiu – o Sr. Ricardo Baseggio Filho, que é o Subsecretário de Controle; o assessor especial do Presidente da Agência de Fiscalização, Sr. Valtércio de Almeida Batista; o Presidente da União dos Proprietários de *Trailers*, Quiosques e Similares do DF, que



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	40

já conheço há muito tempo, o Sr. Luiz Ribeiro, e o Coordenador Chefe da Coordenadoria das Cidades, o Sr. Francisco Chagas Machado.

A minha palavra aqui, Deputado Wasny de Roure, é muito simples: esta Casa aqui não pode se furtar realmente aos anseios da comunidade. Eu estava ontem em Sobradinho II numa audiência polêmica, porque Sobradinho II tem muitos condomínios irregulares. Então nós fizemos uma audiência pública para discutir sobre condomínios irregulares e a gente teve a grata felicidade de estarem presentes na audiência o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Magela. E a gente sabe que o Governo muitas vezes se esforça para resolver o problema, mas a gente sabe que não basta só boa vontade, que a questão jurídica também é pesada, e não é do dia para a noite. Então, a minha palavra aqui é, como eu falei ontem: o Parlamentar é um mero despachante do povo, só que os temas lembrados são os temas que são cobrados, são os temas cobrados pela população que vem aqui, fica no nosso pé, fica no pé do Governo, e vamos resolver e vamos resolver. Aí muitas coisas são realmente resolvidas.

Eu quero parabenizar a iniciativa desta sessão. Contem conosco, com o nosso gabinete. Em tudo que for bom para a população, a gente vai estar aqui ajudando vocês. Apesar de eu ser deputada de Oposição, o que é bom para a cidade, o que é bom para a comunidade, o que é bom para o GDF, o Deputado Wasny de Roure sabe disso, nós votamos aqui.

A gente sabe que a luta é grande, eu faço parte da Comissão de Assuntos Fundiários, nós temos projetos importantes para serem votados lá que vão passar, e a gente quer a participação de vocês. No que nós pudermos ajudar, com a nossa luta, com o nosso trabalho, o nosso gabinete é o Gabinete 14, contem conosco. Parabéns, Deputado Wasny de Roure. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigada, Deputada Celina Leão, Deputada combativa, inquiridora e que veio registrar seu posicionamento.

Concedo a palavra à Sra. Jhiany Silva Delmondes.

SRA. JHIANY SILVA DELMONDES – Boa tarde a todos, agradeço a oportunidade de as autoridades estarem aqui presentes.

Eu estou ali na entrada do Gama há mais ou menos treze anos e o que venho aqui dizer é que foi pedido que retirássemos nossos trailers porque estávamos num canteiro de obras ali na entrada do Gama, da via expressa. Retiramos nossos trailers há uns dois dias E, assim, queremos pedir pressa. Nós não temos para onde ir. O que nós negociamos com o administrador foi que ficaríamos praticamente no mesmo local, só que um pouco mais afastados, e que ele iria fazer a preparação da



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	41

terra, a terraplanagem, para retornarmos. Ele deu mais ou menos uns quinze dias, só que a gente tem pressa, porque é o nosso único meio de renda.

Então, era isto que a gente queria, eu e todos os quiosqueiros do Gama que estamos aqui presentes: pedir uma data certa para a gente não ficar muito tempo parado, porque é o nosso único meio mesmo. Obrigada a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Agradeço a palavra da Sra. Jhiany e quero dizer, Sra. Jhiany: mantenha contato, tanto com o nosso gabinete, quanto com o gabinete do Deputado Chico Vigilante, para que nós possamos acompanhar o retorno de vocês ao local adequado, a exemplo deste que nós estamos trabalhando, dos viveiros. Nós temos um grande respeito ao tempo de serviço que vocês servem à comunidade. Não é porque vocês ocupam uma área pública que devem ser tratados como marginais. Nós não aceitamos, não iremos compactuar com qualquer procedimento que venha a caracterizar desrespeito ao direito da pessoa em trabalhar, mas também temos uma realidade e uma necessidade que é a melhoria do sistema viário e que deve ser acolhida. Portanto, vamos encontrando a solução, mas num processo de acompanhamento. Usem os nossos *e-mails*, nossos endereços e telefones, que estão à disposição de vocês.

Convido o senhor Keeslew Caixeta, Diretor da Associação dos Lojistas Pioneiros de Brasília. Em seguida, passarei a palavra ao Alisson Cavalcanti, assessor da RA II - Gama, que dará sua opinião sobre a matéria falada.

SR. KEESLEW CAIXETA – Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui. Boa tarde, Presidente, demais autoridades. Agradeço a Deus a oportunidade de estar aqui neste momento. Eu queria parabenizar esta Casa pelo excelente trabalho que vem prestando à comunidade de Brasília, nossa cidade. Parabéns, Luiz Ribeiro, Unitrailers, pela legalidade, por estar buscando uma forma de resolver os problemas. Temos que acabar com a ilegalidade em Brasília. A ilegalidade aqui é muito grande. Nós teríamos que ser exemplo para o Brasil, afinal somos a Capital da República. Parabéns mesmo, Luiz Ribeiro, porque a sua luta foi grande e a sua vitória foi bela, majestosa.

Quando eu vi aquele projeto pela primeira vez, fiquei surpreendido e pensei como iríamos implantar o mesmo quiosque para todos os lugares de Brasília. A quantidade de quiosques é enorme! A população precisa dos quiosques. Cada caso é um caso. A solução que vejo mais rápida, como engenheiro, é que deveria haver um estudo individual para cada quiosque. Você não pode ter quiosque infringindo as normas, você não pode ter quiosque invadindo a calçada onde sobram cinquenta centímetros para as pessoas passarem. Não tem como! Isso não pode funcionar. Tem que haver uma ação conjunta das secretarias envolvidas no processo e do interessado, o quiosqueiro, para apresentar a solução de um engenheiro, de um arquiteto – eu recomendo até um arquiteto –, porque, se não for assim, essa história



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	42

vai se delongar, delongar, delongar, e não existe um plano de ocupação sem você analisar cada detalhe. Como eu pego um quiosque desse e ponho dentro da rodoviária? Não tem como! Como eu pego um quiosque de lata e o coloco na região onde existe agressividade do meio ambiente, das pessoas, dos ladrões? Como você vai proteger? Tem que por uma chapa dessa grossura, e custa caro. Por que não posso pôr de alvenaria? Alvenaria é demolível. A gente demole prédio, demole concreto, demole viga, demole tudo, por que não posso demolir alvenaria? Não é verdade! Então existe solução para tudo, mas tem que haver o consenso, o bom senso, a integração dos interessados e de quem está no governo, senão essa história vai se delongar por muito tempo.

Eu entendo que a Agefis, os órgãos fiscalizadores têm que ter uma severa e rigorosa fiscalização para quem está ilegal, mas tem que haver também um consenso para quem está no processo de legalização. É um absurdo haver um processo de legalização, com a legislação que está aí e foi aprovada, e a Agefis vir e agir. É um absurdo. É um absurdo!

Eu estou aqui também para clamar ao Governador de Brasília para que nossos bens não sejam vendidos a grupos econômicos fortes, como foi a Rodoviária de Brasília no governo passado. É um absurdo o que aconteceu com a rodoferroviária, com tudo o que aconteceu com a rodoviária. Foram gastos 132 milhões num galpão. Gente, quem é engenheiro e pega uma planilha de orçamento sabe que naquilo ali não se gastaram trinta milhões, mas isso é outro caso. Eu quero clamar ao Governador que encaminhe o nosso projeto de lei a esta Casa para que ele seja votado o mais rápido possível, porque nós, na rodoviária, não aguentamos mais a pressão dos grandes grupos econômicos, que têm interesse em vir a Brasília, tirar o dinheiro nosso e mandá-lo para fora. Desculpem-me pela ausência de quem participou disso e não está aqui agora, porque eu falo na cara mesmo: Brasília não pode ser vendida a grandes grupos de fora. Senhores, tenham responsabilidade. Governador, apoie-nos.

Eu defendo aqui a Associação dos Lojistas Pioneiros de Brasília, o Mercado das Flores, o Parque da Cidade e a Galeria dos Estados. Existe o nosso projeto, que o governador vai mandar para esta Casa, e nós precisamos do apoio de vocês. Obrigado, senhores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Keeslew Caixeta, diretor da Associação dos Lojistas Pioneiros de Brasília.

Convido para fazer uso da palavra o senhor Alisson Cavalcanti, assessor da RA II – Gama, também por 3 minutos.

SR. ALISSON CAVALCANTI – Boa noite à Mesa, a todos os presentes e àqueles que permanecem até este momento.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	43

Eu gostaria, primeiro, de lembrar que estou representando o nosso Administrador Márcio Palhares, que por motivo de uma agenda um pouco cheia não pôde vir aqui, mas pediu para que eu e o Jairo, nosso chefe de núcleo de quiosques e *trailers*, pudéssemos estar presentes para ouvirmos as orientações desta Casa, da Câmara Legislativa.

Acreditamos muito nesse plano de ocupação. Estamos nos empenhando ao máximo para que possamos concluí-lo o mais brevemente possível e assim dar dignidade aos trabalhadores nesse ramo, na cidade do Gama.

Gostaríamos também de até deixar uma sugestão para que o governo – aí uma sugestão até ao Pasem, nosso diretor de serviços – pudesse juntar todas as RAs, as equipes de governo, a Sedhab, a Agefis, para que tivéssemos um conjunto elaborando esse plano de governo e até traçarmos metas e verificarmos qualquer dificuldade. Às vezes, a dificuldade que uma RA está enfrentando pode ser a solução que outra já encontrou e assim possam se ajudar para que o plano de ocupação saia o mais rápido possível, porque o interesse não é que saia para apenas uma cidade, nós somos um governo e somos unos, a gente precisa que todas as cidades tenham um plano de ocupação. A Copa das Confederações, como muito bem lembrado, está vindo para a nossa Capital, vamos sediá-la. Precisaremos também dar atendimento aos turistas, e os quiosques, hoje, os quiosqueiros, querendo ou não, fazem parte, contribuem muito para isso na nossa cidade.

Voltando ao tema plano de ocupação, a gente tem um conhecimento do problema. O que é apontado nesta Casa, nesta plenária, é que a categoria e o governo têm o mesmo interesse, o de resolver o problema, têm o conhecimento, só que falta um empenho maior, eu acredito, em se juntar mesmo e querer fazer com que saia o plano de ocupação. Acho que se empenhar não é o empenho da falta de não querer fazer, mas o empenho de se juntar, de somar forças para que a gente possa chegar à solução dos problemas.

Eu gostaria também de colocar com relação ao que foi perguntado pela Jhiany, se não me engano, com relação aos quiosques na entrada do Gama, que a Administração do Gama está tomando as providências para atender os quiosqueiros da melhor forma possível. Dessa forma, a gente apontou... Foi questionada até a questão da mudança da área, destinar outra área em um local diferente. Verificamos que o prazo para que eles pudessem voltar ao trabalho e ter a sua atividade normalizada seria muito maior se fosse destinado a eles outro local. Por isso, tomamos a decisão de que permanecessem no mesmo local diminuindo um pouco o tamanho e, como foi acordado – o Luiz, Presidente da Unitrailer, também esteve presente nessa reunião –, num prazo de 30 dias após arrumar o terreno, fazer a terraplanagem, eles poderiam estar começando suas atividades.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	44

Para concluir, eu gostaria só de lembrar que a Administração Regional do Gama e o administrador também se empenham ao máximo para dar dignidade aos trabalhadores, até porque temos consciência de que a categoria hoje exerce uma função dentro da cidade, nos traz bastante benefício, traz bastante benefício à comunidade, que se utiliza desses *trailers* para se alimentar e, querendo ou não, no final de semana, às vezes, não tem tanta oportunidade, não tem tantos locais para irem e acabam utilizando os quiosques.

Estamos aqui para ajudar. Reforço à Câmara Legislativa que a Administração está de portas abertas. O Governo do Distrito Federal – isso já foi colocado por nosso administrador – precisa trabalhar de maneira única, para que a gente possa atender à comunidade de maneira satisfatória, não apenas com preceitos ou porque grupos políticos decidem alguma coisa, mas é a comunidade que tem de sair beneficiada em todo processo que formos executar.

Desculpe o nervosismo, também está um pouco frio. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Por gentileza, obrigado, Sr. Alisson, representante da Administração do Gama.

Quero destacar aqui, apesar de que naturalmente as pessoas que não têm o hábito de falar ficam nervosas, que são iniciativas singelas, aparentemente, mas que devem servir de exemplo.

O administrador foi, sentou, negociou, levou a entidade, que acompanhou um processo de equacionamento para um problema, de maneira respeitosa, de maneira sensata, dando trinta dias para a acomodação no novo espaço. É claro que esse novo espaço só vai ficar efetivamente pleno quando o sistema da via expressa estiver concluído, mas é importante entender o trato. Dou o maior valor para esse tipo de procedimento do administrador, de maneira respeitosa, democrática, independentemente das posições políticas, mas pelo tempo em que as pessoas estiveram trabalhando, valorizando, identificando, criando condições mercadológicas para o local. É extremamente importante.

E não é simplesmente porque é uma área pública que o trator chega e resolve tudo no bom termo, porque não adianta eu ter uma bela área, mas um povo faminto por não ter a possibilidade de trabalhar. Não adianta matar um para o outro poder viver, eles têm de aprender a conviver.

Para encerrarmos, ainda temos mais uns minutinhos com o nosso representante, Sr. Luiz Ribeiro, espero que seja bem objetivo, como também, falando pelos nossos representantes do poder público, o colega Chico Machado, para trazer alguns encaminhamentos.

Concedo a palavra, primeiramente, ao representante dos trailistas, Sr. Luiz Ribeiro, com bastante objetividade.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	45

SR. LUIZ RIBEIRO – Sr. Presidente, a Unitrailer recebeu uma denúncia pública e vai esclarecer as denúncias que recebeu, inclusive citando o item da lei. No art. 29 da Lei, está bem claro: “Até que seja concluído o Plano de Ocupação e os devidos procedimentos administrativos para a regularização da utilização de área pública por *trailers* e quiosques no Distrito Federal, fica vedada a instalação de novos, bem como a reforma, ampliação ou relocação”.

Acontece que dois cidadãos que se expuseram aqui, que não são membros da Unitrailer, comunicaram que vinham denunciar a entidade porque ela tomou a atitude de cumprir a lei. No setor onde o cidadão relatou a construção de um quiosque móvel, existem quatorze quiosques, e todos eles estão aguardando o processo dentro da legalidade. Não é justo que, do dia para a noite, venha um cidadão lá, implante o quiosque, e os outros quatorze que estão vindo cobrar à Unitrailers não terem o mesmo direito.

O mesmo ocorreu com a situação daquela senhora que está aqui, independentemente de ela ser da Unitrailer ou não. Estou aqui com mandado de segurança para assegurar os direitos da categoria e daqueles que eu represento, mas não vamos admitir que a lei também seja descumprida pelo próprio quiosqueiro. No setor, há oito quiosques, lá na W3 Sul. Os demais estão lá aguardando o procedimento legal, Presidente. Como fica a posição dessa entidade que vem ao Judiciário, vem a esta Casa cobrar a aplicação da lei, e vem um infringindo a lei, tirando proveito, confrontando o Estado, desrespeitando, aí sim, o trabalho da própria fiscalização? Eu tenho de dar essa resposta aos meus filiados, que chegam lá cobrando o mesmo direito: “se ele construiu lá esse modelo padrão, se ele tem lá, os outros quatorze não vão ter o direito?”

Então, a Unitrailer denunciou ao Ministério Público a colocação desses quiosques, comunicou a fiscalização para ela tomar as providências de imediato e comunicou ao corregedor do Distrito Federal. Como veio a demora, a Unitrailers impetrou uma ação, que foi uma obrigação de fazer que a Justiça determine a fiscalização, a retirada desses quiosques. Isso pode ocorrer para qualquer um dos senhores.

Eu estou aqui lutando como luto há mais de dezesseis anos por todas essas leis, que V.Exa. sabe e conhece o nosso trabalho. Quando o senhor citou ali os ambulantes dentro da Rodoviária e toda aquela luta de longos anos, fica a pergunta: É justo? Os senhores não querem também organizar os quiosques de vocês dentro dessa lei que estamos discutindo?

Então, Sr. Presidente, qualquer um, seja ele ligado à Unitrailers ou não, que vier infringir essa lei, nós também estaremos tomando a postura de comunicar à fiscalização, ao Estado, que nós não compactuamos com esse tipo de situação. E, se tiverem alguma denúncia contra a entidade – eu sinto que foi bacana fazer essa



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	46

denúncia –, não há um que venha dizer que a entidade busca benefício próprio. Não há um Deputado aqui desta Casa ou de outras épocas que veio aqui dentro dizer que esta entidade veio aqui pedir favores, benesses para si própria. Nenhum dos nossos membros tem a ousadia de fazer isso, porque lá dentro nós tratamos as coisas com seriedade.

Eu quero agradecer a composição da Mesa, parabenizar a equipe do Deputado Chico Vigilante, que tem desempenhado esse trabalho, buscando acompanhar essa regularização. Quero agradecer a V.Exa., que conhece a nossa trajetória de luta de longos anos.

O encaminhamento da Unitrainers é que esse prazo que foi aqui sugerido pelo Deputado Olair Francisco seja um encaminhamento: para haver novas mudanças de prazos para se concluírem os planos de ocupação, seria necessário alterar a lei, mas eu acho que um prazo de noventa dias é viável. Nesse prazo de noventa dias, além da liminar que temos em posse, e o convite para que façamos uma comissão para ir discutir essa questão jurídica na fiscalização, fica um pedido ao Chico Machado: que os quiosqueiros que estão enquadrados nessa regularização não venham a ser interditados, porque estou recebendo diariamente situações destas na Unitrainers: a fiscalização dando trinta dias para que os quiosqueiros apresentem a documentação de regularização. Eu sei que isso não vai acontecer para todos.

O companheiro Pasem Saad está ali, sabe que nós tínhamos a programação de uma grande entrega de documentos agora, dia 21, e não vai ser possível, mas o mais rápido possível, comunicaremos à categoria que faremos esse evento e mostraremos que o Governo do Distrito Federal, junto com essa entidade, está honrando o compromisso, está cumprindo aquilo que está estabelecido pela lei.

Temos os problemas da lentidão do processo, mas, com o empenho desta Casa, chegaremos a 2014 com muita coisa feita.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado Luiz, e parabéns pelo trabalho.

Passo a palavra, nesta oportunidade, para a conclusão dos trabalhos e encerramento, ao companheiro Chico Machado.

SR. FRANCISCO CHAGAS MACHADO – Encerrando aqui, basicamente, quero primeiro reconhecer a importância deste ato e parabenizar o companheiro Deputado Chico Vigilante pela iniciativa, pelo preparo de uma atividade extremamente importante, porque diz respeito à vida de companheiros trabalhadores, que vêm, ao longo da sua história, lutando pelo seu espaço de trabalho, pelos seus direitos, não só pelo produto que apresentam, mas pelo espaço de geração de trabalho e emprego que eles representam.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	47

Eu gostaria de agradecer os que ficaram até aqui conosco e fazer algumas propostas. Infelizmente, não tivemos aqui muito tempo para entrar em consenso em relação às diversas partes, mas, queria sugerir o seguinte para terminarmos esta sessão pelo menos com três compromissos, eu diria.

Primeiro compromisso: o prazo que as RAs teriam para reformular as suas propostas de plano de ocupação ou elaborar as propostas de plano de ocupação. Para isso, nós estabeleceríamos um prazo de até noventa dias tanto para a Região Administrativa, quanto para o setor – como a lei permite. Essa seria uma sugestão.

A outra sugestão seria com relação à tramitação desses pedidos, dessas apresentações do plano de ocupação dentro da Sedhab, com o cumprimento do que está previsto no manual de elaboração desses planos, inclusive com consulta aos órgãos como Caesb, CEB e telefonia, com consulta. A proposta aqui, e eu consulto o nosso representante da Sedhab, é que uma vez entregue, em um prazo de sessenta dias, a Sedhab teria que se manifestar sobre essas propostas. Terceira e última proposta: que os nossos representantes dos órgãos públicos assumissem o compromisso de, em um prazo de até noventa dias, nós pudéssemos tomar uma posição sobre a possibilidade do uso de alvenaria na construção dos nossos quiosques. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Eu creio que esse é o melhor encaminhamento para a conclusão dos nossos trabalhos.

É importante, quero aqui resgatar a palavra do Adriano, que é um militante do quiosque, eu o conheço há muitos anos, dizer que ficamos muitas vezes indignados. A Deputada Celina Leão foi muito feliz quando disse que o papel do Parlamento é de acompanhamento, de pressão, de fiscalização. Ele não pode substituir o Poder Executivo. Nós temos que ter bem clara essa relação. Nós temos que ter um convívio respeitoso, mas um convívio de pressão, um convívio de cobrança.

Portanto, quero aqui cumprimentar os administradores que estiveram presentes nesta sessão. Estou vendo o nosso atual administrador do SIA conosco. Eu agradeço os Parlamentares que vieram a esta sessão, às lideranças que estiveram presentes.

Infelizmente, o Deputado Chico Vigilante não pôde estar presente por uma questão absolutamente compreensível por todos, que é a perda da sua mãe e a expectativa de estar presente na sua missa de 7º dia, quando toda a família, com os amigos, vão fazer uma homenagem em lembrança à memória da sua mãe. É compreensível. Portanto, peço mil desculpas ao Líder do nosso partido. Mas o Deputado Chico Vigilante é companheiro de vocês de todos os momentos. Não foi uma negligência, foi simplesmente um ato que transcende a sua própria vontade. Perfeitamente justificável.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19	04	2012	15h30min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	48

Neste momento, eu gostaria de cumprimentar o Dr. Valtércio de Almeida, um servidor de carreira, um auditor. Em alguns momentos temos estado juntos. Quero agradecer a presença do Sr. Ricardo, da Sedhab. Agradeço a presença do Luiz, que é do Unitrainers. E quero, sem dúvida nenhuma, homenagear e agradecer o empenho dele, que é um militante histórico da vida pública de Brasília, companheiro, servidor do Ibama, que hoje está à frente da Coordenadoria das Cidades, Francisco Machado, tão comumente conhecido como Chico Machado.

Portanto, os nossos cumprimentos a todos pela paciência. É assim mesmo. É demorado. E tem que ser. Quem acha que as coisas no setor público são muito rápidas, não são. Temos que ouvir, temos que ter paciência.

Portanto, com esses agradecimentos, vou declarar encerrada a presente sessão. Nós queremos ter o retorno desse processo com o devido acompanhamento. Muito obrigado e boa noite a todos. (Palmas.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a audiência pública às 18h23min.)

Este texto não substitui o publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 81 – Suplemento, de 11/5/2012.